

# PRS Feel Country Briefing Paper

*A Facility to Exchange Evidence and Learning on  
Poverty Reduction Strategies in Southern Africa*

2010



The Southern Africa Trust is an independent agency that supports organisations and processes

## O Caso de Angola Nuno Vidal

ÍNDICE	Pag.
1 - INTRODUÇÃO/CONTEXTUALIZAÇÃO	2
2 - ESTRATÉGIA DE COMBATE À POBREZA: CRONOLOGIA	3
3 - PROCESSO DE FORMULAÇÃO DA ECP: ESTRUTURAS INSTITUCIONAIS	7
4 - PROCESSO DE FORMULAÇÃO DA ECP: FONTES DE INFORMAÇÃO, CAUSAS DA POBREZA E ÁREAS DE INTERVENÇÃO	8
5 - MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO ECP	10
6 - GRUPOS-ALVO E CONTRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS/TEMÁTICAS DE GRUPOS SECTORIAIS	15
7 - PLANO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO DA ECP	15
8 - ARTICULAÇÕES ENTRE OS NÍVEIS SUB-NACIONAIS, NACIONAIS E REGIONAIS	16
9 - MONITORIA E AVALIAÇÃO (M&E)	17
10 - LIÇÕES A RETIRAR DO PROCESSO ECP	19

## 1 - INTRODUÇÃO/CONTEXTUALIZAÇÃO

Com o fim da prolongada guerra civil Angolana em Fevereiro-Abril de 2002, seguiu-se a fase de reconstrução do país. A conferência internacional de doadores, que já vinha sendo discutida desde meados da década de 90<sup>1</sup>, voltou à ordem do dia. Para tal, a comunidade internacional exigia um documento “Interim PRSP” (*Poverty Reduction Strategy Paper*) ao governo de Angola, como condição prévia à organização da conferência, que começou então a ser prevista para o Outono de 2003. A Comunidade Internacional estabeleceu várias condições e exigências, nomeadamente: que a ajuda financeira dos doadores deveria ser inscrita numa Estratégia de Combate à Pobreza (PRSP); Angola deveria rever o seu sistema de fiscalização de contas públicas e o seu plano de afectação de recursos; deveria igualmente demonstrar uma maior transparência nas contas petrolíferas e um maior rigor orçamental (estimando-se que 50% dessas despesas eram feitas fora do orçamento geral do Estado); o país deveria chegar a um acordo com o FMI (condição para o Banco Mundial participar no processo de reconstrução). Na altura falava-se da necessidade de cerca de 4 biliões de dólares para a reconstrução do país, calculando-se em cerca de 1.5 biliões a participação da comunidade internacional<sup>2</sup>.

No âmbito dos processos PRSP e dos parâmetros usualmente sugeridos pelas Instituições Financeiras Internacionais (essencialmente Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional), o Ministério do Planeamento assumiu a tarefa de liderar um tal projecto em Angola, que se passou a chamar **Estratégia de Combate à Pobreza - ECP**. Supostamente, esta estratégia seria o documento de base para as negociações da planeada e esperada Conferência Internacional de Doadores, que iria reunir apoios financeiros e outros para o processo de reconstrução pós-guerra. A ECP deveria igualmente constituir o quadro de referência para a definição de estratégias e programas sectoriais (dos diferentes ministérios) na fase de pós-conflito. Tratar-se-ia de um documento indicativo que se ajustaria às condições específicas locais<sup>3</sup>.

A conferência internacional de doadores foi encontrando vários obstáculos à sua realização, nomeadamente no que se refere às várias exigências da comunidade doadora no sentido de maior transparência nas contas públicas Angolanas, algumas regras básicas de boa governação e respeito por direitos humanos, num contexto de fortes críticas e denúncias de ONGs internacionais à má gestão do erário público em Angola, com crescentes receitas do petróleo a par de escândalos de corrupção de grande impacto mediático<sup>4</sup>.

O governo angolano foi resistindo às pressões da “comunidade doadora” e acabou por encontrar na China um novo parceiro, capaz de disponibilizar os montantes de crédito necessários ao processo de reconstrução a troco de garantias de fornecimento de petróleo, em condições tão ou mais favoráveis do que as das habituais instituições de financiamento internacional e, acima de tudo, sem quaisquer condicionalismos (ver capítulo 10)<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> Programa de Reabilitação Comunitária e de Reconciliação Nacional, Round Table Conference of Donors in Brussels (Luanda: GURN, Setembro 1995).

<sup>2</sup> Ver *External Evaluation of SDC's Humanitarian Aid in Angola*, Commissioned by the Africa Division for Humanitarian Aid (HA) of the Swiss Agency for Development and Cooperation (SDC), Berne, March 2004, p.5.

<sup>3</sup> *Estratégia de combate à pobreza, reinserção social, reabilitação e reconstrução e estabilização económica*, versão sumária, Luanda: Ministério do Planeamento, Direcção de Estudos e Planeamento [aprovada pelo Governo a 11 de Fevereiro de 2004] (Luanda: MINPLAN & GURN, 24 de Setembro de 2003).

<sup>4</sup> *Some transparency, no accountability, the use of oil revenue in Angola and its impact on Human rights*, *Human Rights Report*, vol. 16, no. 1 (New York: HRW, Janeiro de 2004); *A Crude Awakening: the role of the oil and banking industries in Angola's civil war and the plunder of the state assets*, a report by Global Witness (Washington: Global Witness, December 1999); *All the Presidents' men*, a report by Global Witness (Washington: Global Witness, March 2002); *A Rough Trade: the role of Companies and Governments in the Angolan Conflict*, a report by Global Witness (Washington: Global Witness, December 1998).

<sup>5</sup> Vidal, Nuno, “The Angolan regime and the move to multiparty politics”, in Chabal, Patrick & Vidal, Nuno, *Angola, the weight of history* (London: Hurst, 2007), pp. 124-174; ver igualmente capítulo 10 do presente estudo.

Neste impasse face às exigências intransigente dos doadores e tendo encontrado uma alternativa de parceiros a Oriente, a partir de 2004-2005 o governo desistiu do projecto da conferência de doadores e passou a afirmar de forma mais assertiva a sua autonomia política interna em relação aos condicionalismos da chamada comunidade internacional. Ainda que continuasse a ser referida pontualmente em vários documentos oficiais e de organizações internacionais, a ECP foi então relegada para um plano secundário, perdendo o carácter director-estratégico que supostamente deveria assumir no processo de reconstrução pós-2002. Neste sentido, grande parte dos mecanismos que seriam estruturados e reforçados, especialmente em termos de Monitoria e Avaliação, assim como de participação, não se institucionalizaram nem estruturaram e a ECP perdeu boa parte da sua importância.

Na fase de formulação do documento da ECP, o processo tentou formal e oficialmente assumir alguns dos princípios metodológicos e parâmetros usualmente utilizados nos PRSP, nomeadamente no que respeita à necessidade de consulta a um leque alargado de actores (comunidades, organizações da sociedade civil, agências de cooperação internacional) e alguma participação. Contudo, na prática, o processo de consultas não foi nem alargado nem participativo, sendo fortemente controlado pelo Ministério do Planeamento e pela Comissão Inter-ministerial (como se verá especialmente nos capítulos 3, 5 e 10).

Embora a ECP enfatizasse a resolução dos problemas mais urgentes (as condições de partida) e planeasse abarcar inicialmente um período de três anos (2003-2006) com um custo calculado em US\$2.633.000,00 (dois biliões e seiscentos e trinta e três milhões de dólares norte-americanos), constituiria igualmente uma base para a elaboração de um Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo (que acabou por vir a ser feito pelo governo de forma autónoma em 2008, abarcando o período de 2009-2012, mas enfatizando essencialmente a estabilidade macro-económica, a reabilitação e/ou reconstrução de infra-estruturas e consolidação do sistema multipartidário a par do normal funcionamento das instituições) e uma Estratégia de Desenvolvimento Estrutural de Longo Prazo (Angola 2025, que entretanto foi suspensa em virtude da diminuição da importância e influência da ECP).

## 2 - ESTRATÉGIA DE COMBATE À POBREZA – ECP: CRONOLOGIA

- *A cronologia que aqui se apresenta contém os diversos passos ou acontecimentos/eventos nacionais e internacionais de enquadramento à ECP, assim como os programas de governo que poderão de alguma forma ter sofrido influência e impacto por parte da ECP*

Contexto Internacional de Enquadramento da ECP:	Ano
# Conferência Mundial para o Desenvolvimento Social – Reduzir a desigualdade social, combater a fome e a pobreza	1995
# Cimeira do Milénio – Primeiro objectivo: erradicação da pobreza e da fome, reduzir em 50% a pobreza absoluta até 2015	2000
# Nova Parceria para o Desenvolvimento de África – NEPAD: primeiro objectivo estratégico de longo prazo – eliminação da pobreza de acordo com o objectivo da Cimeira do Milénio até 2015	2001
# Programa de Acção de Bruxelas (III Conferência da ONU sobre Países Menos Avançados - PMA): melhorar sensivelmente as condições de vida de mais de 600 milhões de pessoas que vivem em 49 PMA até 2010; reduzir para metade o número de pessoas famintas e das que vivem no pauperismo até 2015, promover o desenvolvimento sustentável dos PMA	2001
# Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional – SADC: Eliminação da pobreza como objectivo essencial	2003

Actividades da Estratégia de Combate à Pobreza – ECP:	Data
Estabelecimento do objectivo de conseguir um PRSP interino em Angola no <i>Staff Monitored Programme</i> do FMI	Abril 2000
Seminário visando informar sobre o processo de preparação da ECP; incluiu membros do governo, do parlamento, assessores da Presidência da República, altos funcionários do governo e representantes das ONGs nacionais e estrangeiras	Segundo semestre 2000
<i>Draft</i> Interino da ECP (I-PRSP)	Mai 2001
Seminário sobre políticas sociais, que analisou o perfil da pobreza e dos grupos vulneráveis, assim como avaliou as políticas, estratégias e programas sociais implementados nos últimos anos.	Julho de 2001
<i>Draft</i> preliminar do documento da ECP; submetido à apreciação dos parceiros de cooperação, nomeadamente órgãos do sistema das Nações Unidas, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e União Europeia	Setembro 2001
Seminário no Reino Unido para a Comissão Técnica Interministerial, deputados e representantes da sociedade civil com vista a aperfeiçoar o conhecimento dos métodos e processos de consulta no âmbito da formulação de PRSP	Primeiro semestre de 2002
Publicação da ECP Interina (I-PRSP)	15 Abril 2002
Preparação do documento definitivo da ECP, sob coordenação do Ministério do Planeamento, incluindo um processo de consultas intra-governamentais a nível central, provincial e municipal, alguns representantes da sociedade civil angolana, comunidades rurais e agências de cooperação internacional.	Setembro 2001 – Setembro 2003
Apresentação da ECP ao Banco Mundial, FMI e comunidade doadora	Janeiro 2004
Aprovação da ECP pelo Governo de Angola.	11 Fevereiro 2004
Publicação da versão revista e final da ECP pelo Ministério do Planeamento.	Primeiro trimestre de 2005

O maior impacto e influência da ECP nos programas de governo registaram-se no programa de governo de 2003-2004, que incluiu “medidas de racionalização e transparência na gestão orçamental e monetária”, “serviços públicos básicos” (Educação, Infra-estruturas, Saúde, Abastecimento de Água), “Assistência e reinserção social” (incluindo um Programa de Promoção e Desenvolvimento da Mulher, o alargamento do Programa de Localização e Reunificação Familiar, assim como a aprovação da nova Lei de Bases de Protecção Social). A partir de então a sua influência esvaneceu acentuadamente, passando a dar-se prioridade à estabilidade macro-económica (como o controlo da inflação, taxa de câmbio, deficit fiscal, crescimento real do PIB) e à construção/reabilitação de infra-estruturas (e.g. estradas, pontes, portos, aeroportos).

Programas de desenvolvimento do governo reflectindo a influência da ECP:	Ano	Intensidade de influência
Programa do Governo: Grande Objectivo Programático - Combater a fome, a pobreza e promover a estabilidade social, por via da consolidação da paz, reconciliação nacional, reinserção dos desmobilizados, deslocados e refugiados no contexto económico.	2003-2004	Forte
Programa do Governo: Grande Objectivo Programático - Consolidação da paz e da reconciliação nacional, edificação das bases para a constituição de uma economia nacional integrada com vista a combater a fome e a pobreza, capacitação das instituições do Estado para assegurar a administração do Estado e da justiça em todo o território nacional.	2005-2006	Média
Programa do Governo: destaque para a consolidação da paz e da reconciliação nacional e a constituição de uma economia nacional integrada e auto-sustentada; contemplando ainda englobando ainda o restabelecimento da administração do Estado em todo país, o desenvolvimento harmonioso do território e dos recursos humanos e a consolidação do processo democrático.	2007-2008	Fraca
Programa de Governo de Médio Prazo: promoção da unidade e coesão nacional, consolidação da democracia, estabilidade económica, melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e promoção do desenvolvimento do sector privado; ritmo elevado e sustentado de crescimento económico com a transformação e diversificação das estruturas económicas, desenvolvimento humano dos Angolanos, aumento do emprego e dos rendimentos, recuperação e construção de infra-estruturas e reforma do Estado.	2009-2012	Muito Fraco / Inexistente de forma explícita

Programas governamentais que deveriam reflectir os objectivos ECP				
Área prioritária de intervenção	Designação	Período de vigência	Objectivo da ECP	Entidade coordenadora
1. Reinserção social	Programa de Reinserção Social	2003-2005	Apoiar o regresso e a fixação dos deslocados internos, refugiados e desmobilizados para as zonas de origem ou reassentamento integrando-os de forma sustentável na vida económica e social	Ministério da Assistência e Reinserção Social
2. Segurança e protecção civil	Programa de Desminagem	Non specified	Garantir as condições mínimas de segurança física do cidadão através da desactivação das minas e outros engenhos explosivos	Instituto Nacional de Remoção de Obstáculos e Engenhos Explosivos
3. Segurança alimentar e desenvolvimento rural	Programa de Segurança Alimentar	2003-2005	Minimizar o risco de fome, satisfazer as necessidades alimentares internas e relançar a economia rural como sector vital para o desenvolvimento sustentado	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
4. VIH/SIDA	Plano Estratégico Nacional DST/VIH/SIDA	2003-2005	Controlar a propagação do VIH/SIDA e mitigar os efeitos nas pessoas vivendo com VIH/SIDA e seus familiares	Comissão Nacional de Luta contra o SIDA

<b>5. Educação</b>	Plano Nacional de Acção de Educação para Todos	Fase de emergência 2003-2005	Assegurar o acesso universal ao ensino primário de qualidade, erradicar o analfabetismo e criar condições de integração de adolescentes, jovens e pessoas com necessidades especiais, com equidade de género	Ministério da Educação
<b>6. Saúde</b>	Plano de Reconstrução e Reabilitação Pós-conflito do Sector Saúde	2003-2005	Melhorar o estado de saúde da população, em especial através do aumento do acesso a cuidados primários de saúde de qualidade	Ministério da Saúde
<b>7. Infra-Estruturas Básicas</b>	Programa de Reabilitação e Reconstrução de Infra-Estruturas Básicas	Fase prioritária: 2003-2006	Reconstruir, reabilitar e expandir as infra-estruturas básicas para o desenvolvimento económico, social e humano	Ministério das Obras Públicas, Ministério da Energia e Águas e Ministério do Ambiente e Urbanismo
<b>8. Emprego e Formação Profissional</b>	Programa de Valorização de Mão-de-Obra Nacional	Non-specified	Valorizar a mão-de-obra nacional e assim promover o acesso ao emprego e fomentar a criação do auto-emprego	Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social
<b>9. Governação</b>	Programa de Apoio à Reforma do Sistema Judiciário		Estender a administração da justiça a todo o território e apoiar as redes de protecção da sociedade civil que concorrem directamente para a afirmação da lei e da ordem	Ministério da Justiça
	Programa de Reforma da Administração Pública		Edificação de uma administração orientada para os cidadãos e para os objectivos de desenvolvimento	Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social
	Programa de Apoio à Descentralização		Aproximar a gestão e implementação dos serviços dos beneficiários e assim introduzir uma maior eficácia e celeridade na prestação de serviços	Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social
	Programa de Desenvolvimento do Sistema de Programação e Gestão do Investimento Público	2002-2005	Enquadrar, harmonizar e orientar o comportamento dos agentes económicos, públicos e privados, no sentido das grandes linhas ou opções de política de desenvolvimento económico e social	Ministério do Planeamento
	Plano Estatístico Nacional de Médio Prazo	2002-2005	Apoiar a produção e difusão atempada de informação estatística oficial, que reflecta a estrutura e tendências nos domínios económico, social e demográfico, de acordo com as necessidades de planeamento, gestão económica e financeira e de investigação em assuntos de pobreza	Instituto Nacional de Estatística
<b>10. Gestão Macro-Económica</b>	Programa de Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional	2002-2005	Desenvolvimento de um sistema financeiro seguro, fiável, eficiente, com a adopção de preços competitivos e com serviços especializados para os pequenos produtores e empresários rurais	Banco Nacional de Angola
	Programa de Modernização da Gestão das Finanças Públicas	2002-2005	Concorrer para uma gestão mais racional, eficiente e transparente das contas públicas	Ministério das Finanças

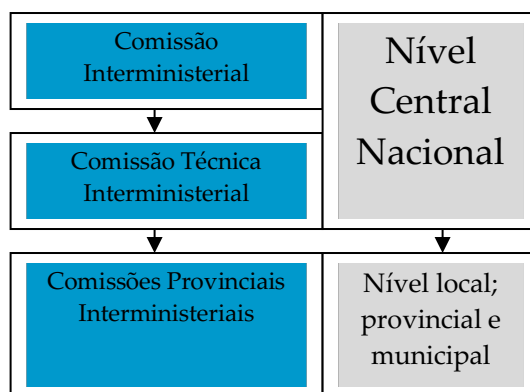
Fonte:<sup>6</sup>

<sup>6</sup> *Estratégia de combate à pobreza, reinserção social, reabilitação e reconstrução e estabilização económica*, Luanda: Ministério do Planeamento, Governo de Unidade e Reconstrução de Angola (Luanda: MINPLAN & GURN, 2005), pp. 110-111.

### 3 - PROCESSO DE FORMULAÇÃO DA ECP: ESTRUTURAS INSTITUCIONAIS

■ Esta secção descreve as instituições, mecanismos e estruturas directa e indirectamente envolvidas no desenvolvimento da ECP.

As estruturas institucionais da ECP estabeleceram-se em torno da formulação, implementação, avaliação e monitorização dos processos iniciados no âmbito desta estratégia, contemplando um nível nacional e um nível provincial e municipal, conforme se mostra no diagrama abaixo e descrito nos parágrafos seguintes.



#### Comissão Interministerial da ECP – Nível Central Nacional

**Composição:** Tratou-se de um grupo de responsáveis superiores, essencialmente do Ministério do Planeamento (MINPLAN) e do Ministério das Finanças (MINFIN), trabalhando em conjunto com responsáveis do Instituto Nacional de Estatística (INE). A coordenação estaria a cargo do Ministério do Planeamento (MINPLAN).

**Função:** Esta comissão foi criada pelo Conselho de Ministros com o objectivo explícito de elaborar a ECP e coordenar o processo de implementação, monitoria e avaliação da ECP sob tutela do Conselho de Ministros e “teoricamente” da Assembleia Nacional (embora na prática a tutela efectiva seja do Conselho de Ministros presidido pelo Presidente da República, na medida em que o sistema político é extremamente concentrado na Presidência e a Assembleia Nacional tem fraca capacidade de acompanhamento das políticas governamentais)<sup>7</sup>.

#### Comissão Técnica Interministerial da ECP – Nível Central Nacional

**Composição:** Conjunto de técnicos superiores essencialmente do Ministério do Planeamento (MINPLAN) e do Ministério das Finanças (MINFIN), trabalhando em conjunto com técnicos do Instituto Nacional de Estatística (INE).

**Função:** Actuar como a principal unidade encarregue da elaboração da ECP. O seu papel seria o de recolher e tratar a documentação e informação necessária, assim como a logística para a elaboração da ECP, coordenando as actividades práticas e funcionais. Incluíam-se nestas actividades a condução do processo de auscultação de outras partes interessadas, como

---

<sup>7</sup> Vidal, Nuno, 'The genesis and development of the Angolan political and administrative system from 1975 to the present' in Kyle, Steve *Lusophone Africa: Intersections between Social Sciences* (Cornell, NY: Cornell Institute for African Development, May 2-3, 2003), pp. 1- 16.

sejam associações profissionais do sector privado, ONGs nacionais e internacionais, comunidades locais, confissões religiosas e parceiros da cooperação bilateral e multilateral. Esta comissão estava sob tutela directa da Comissão Interministerial da ECP coordenada pelo Ministério do Planeamento.

#### Comissões Provinciais Intersectoriais da ECP – Nível Provincial e Municipal

*Composição:* Ao longo do processo de implementação da ECP estava prevista a constituição de comissões intersectoriais provinciais (juntando técnicos e representantes provinciais dos diferentes ministérios). Estas comissões estariam sob tutela da Comissão Técnica Interministerial.

*Função:* As comissões provinciais teriam a responsabilidade de a nível provincial e municipal procederem ao acompanhamento e avaliação da ECP.

## 4 - PROCESSO DE FORMULAÇÃO DA ECP: FONTES DE INFORMAÇÃO, CAUSAS DA POBREZA E ÁREAS DE INTERVENÇÃO

■ *Esta secção apresenta de forma cronológica e sucinta os documentos que estiveram na base da elaboração da ECP no que concerne aos dados e informações utilizadas, suas insuficiências e debilidades, assim como as causas da pobreza conforme determinadas pela ECP e as áreas de intervenção prioritária do combate à pobreza*

As análises da pobreza que estiveram na base da elaboração da ECP basearam-se essencialmente nos inquéritos aos agregados familiares realizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) desde 1995, nomeadamente os que se encontram descritos no quadro abaixo:

Documentos na base da ECP	Data de publicação
Inquérito Prioritário sobre as Condições de Vida aos Domicílios (IPCVD); centrou-se apenas nas áreas urbanas.	1995
Perfil da Pobreza em Angola, Instituto Nacional de Estatística & United Nations Children's Fund	1996
Inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS 1), Instituto Nacional de Estatística & United Nations Children's Fund, realizado em 1996	1997
Inquérito sobre a Disposição e Capacidade no Pagamento dos Serviços Sociais Básicos (IDCP), realizado nas províncias de Luanda, Huambo, Huíla e Uíge.	1998
Inquérito aos Agregados Familiares sobre Receitas e Despesas (IDR), realizado em 2000-2001, nas províncias de Benguela, Cabinda, Cunene, Huíla, Luanda, Lunda Norte e Namibe; este inquérito incidiu principalmente sobre as áreas urbanas numa altura em que a guerra dificultava o acesso as zonas rurais. A amostra foi de 4.700 agregados familiares, dos quais apenas 10% localizados em zonas rurais.	2001
Inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS 2), realizado em 2000-2001 em todas as províncias, fornecendo uma visão geral das condições sócio-económicas, em particular das crianças e mulheres. Teve uma amostra de 6.660 agregados familiares, dos quais 39% residentes em zonas rurais.	2001



A respeito das fontes de informação estatística há que referir que têm representado um constante obstáculo ao conhecimento da realidade angolana contemporânea devido à dificuldade de recolha de informações em consequência da guerra que somente terminou em 2002. Neste sentido, verifica-se uma fraca cobertura geográfica dos inquéritos realizados desde 1994/5. O mais representativo inquérito é o MICS 1 (Inquérito de Indicadores Múltiplos) de 1996, que graças à relativa acalmia no conflito armado, verificada na altura, incluiu também as zonas controladas pela UNITA<sup>8</sup>. Este facto resultou num maior equilíbrio entre a proporção de áreas urbanas e rurais que integraram a amostra. Em contraste, o MICS 2, de 2001, devido ao recrudescer do conflito nos anos que se seguiram ao MICS anterior, ficou muito afectado, com uma parte considerável da amostra seleccionada para o inquérito a ser substituída durante a sua implementação, incluindo novas áreas urbanas. Como resultado, a amostra ficou enviesada para a área urbana<sup>9</sup>.

Um segundo factor que limita a comparabilidade dos dados produzidos no período em referência tem a ver com uma fraca padronização dos métodos e instrumentos utilizados para a recolha destes dados. Por exemplo, os dois inquéritos que disponibilizaram os dados utilizados para a elaboração dos perfis da pobreza em Angola, nomeadamente o IPCVD de 1995<sup>10</sup> e o IDR de 2000-01<sup>11</sup>, devido aos objectivos que nortearam o desenho de cada um dos inquéritos, são metodologicamente diferentes. Enquanto o primeiro, obedeceu a um formato que consiste em 1 a 2 visitas ao agregado, realizadas num período relativamente curto da pesquisa de campo (cerca de 3 meses), o segundo orientou-se num formato que consiste em 4 a 5 visitas ao agregado familiar, realizadas num período mais longo (cerca de 12 meses) com o objectivo de serem também captados dados sazonais. Por esta razão os instrumentos de recolha de dados foram, também, diferentes, com os do segundo a permitirem uma recolha de dados mais exaustiva. A comparação dos dados obtidos a partir destas duas operações não pode pois ser feita de forma linear.

Outras fontes de informação importantes foram os vários estudos e relatórios elaborados pelo Governo com o apoio das agências de cooperação internacional. Particularmente importantes para a caracterização possível da pobreza nas zonas rurais foram os **Diagnósticos Rurais Participativos (DRP)** que o Governo conduziu em 2003, no âmbito da ECP, com o apoio dos Governos provinciais, administrações municipais e Organizações Não Governamentais (ONGs). OS DRP incluíram uma componente qualitativa na recolha de informação junto das comunidades rurais.

O MICS 3 está a ser presentemente levado a cabo nas 18 províncias de Angola e será o mais completo e fiável inquérito realizado em Angola. Pela primeira vez o MICS vai congrega os critérios usualmente utilizados pela UNICEF neste tipo de inquéritos com os critérios utilizados pelo IDR (Índice de Desenvolvimento Regional) do Banco Mundial acerca dos rendimentos e despesas dos agregados familiares. Deste modo, para além de abarcar uma maior proporção da população, a informação recolhida irá incluir indicadores económicos. A recolha de dados para o MICS 3 começou em Maio de 2008 e vai estender-se até Maio de 2009.

### **Factores na origem da pobreza e áreas prioritárias segundo a ECP**

Tendo por base os documentos analisados e o processo de recolha de informação, a ECP definiu oito causas da pobreza, conforme se apresentam no quadro abaixo.

---

<sup>8</sup> *Inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS 1)* (Luanda: Instituto Nacional de Estatística & UNICEF, 1997).

<sup>9</sup> *Inquérito de Indicadores Múltiplos – MICS 2* (Luanda: UNICEF, Instituto Nacional de Estatística, Governo de Angola, 2001).

<sup>10</sup> *Inquérito Prioritário sobre as Condições de Vida aos Domicílios (IPCVD)* (Luanda: INE, 1995).

<sup>11</sup> *Inquérito aos Agregados Familiares sobre Receitas e Despesas (IDR)* (Luanda: INE, 2001).

Oito factores na origem da pobreza em Angola segundo a ECP	
1	Conflito armado
2	Forte pressão demográfica
3	Destruição e degradação das infra-estruturas económicas e sociais
4	Funcionamento débil dos serviços de educação, saúde e protecção social
5	Debilidade do quadro institucional
6	Quebra muito acentuada da oferta interna de produtos essenciais
7	Desqualificação e desvalorização do capital humano
8	Ineficácia das políticas macro-económicas

Tendo em conta as oito causas referidas a ECP estabeleceu dez áreas prioritárias de intervenção.

Áreas de intervenção prioritária da ECP	
1	Reinserção social
2	Segurança e protecção civil
3	Segurança alimentar e desenvolvimento rural
4	VIH/SIDA
5	Educação
6	Saúde
7	Infra-estruturas básicas
8	Emprego e formação Profissional
9	Governança
10	Gestão macro-económica

## 5 - MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO ECP

■ *Estruturas e mecanismos formais de participação da sociedade civil no processo da ECP, tanto na fase de elaboração como de implementação.*

De acordo com o estabelecido no documento da ECP, o processo de consultas seguiria uma sequência das bases para o topo, iniciando-se com as reuniões ou grupos de trabalho sobre temáticas específicas, prosseguindo para a análise e debate conjuntos sobre vários temas e concluindo num processo mais alargado de apresentação dos resultados destes grupos de trabalho em seminários para a concertação geral<sup>12</sup>. No entanto, na prática a dinâmica foi claramente *top-down*, como demonstra a descrição do processo que adiante se apresenta e tal como é caracterizado pelos próprios actores da sociedade civil envolvidos (ver capítulo 10).

<sup>12</sup> Ver *Estratégia de combate à pobreza, reinserção social, reabilitação e reconstrução e estabilização económica* (Luanda: MINPLAN & GURN, 2005), p. 100.

Mecanismos de participação previstos na ECP	
Designação	Função
Reuniões e grupos de trabalho temáticos,	Agrupar uma classe de profissionais ou indivíduos com um conhecimento sobre um tema específico (ex. educação, saúde, meio ambiente). Estes grupos seriam constituídos dentro dos órgãos da administração central que se encontram representados na Comissão Técnica da ECP
Grupos ou reuniões multi-temáticas,	Agrupar indivíduos ou profissionais de várias áreas para analisar prioridades inter-sectoriais e as ligações entre diferentes áreas
Seminários e conferências,	Permitir a disseminação de conhecimento acumulado sobre temas específicos ou sobre vários temas para grupos alvo. Este tipo de seminários teria um carácter multi-temático e global, sendo realizados após o trabalho dos grupos de trabalho sectoriais e das consultas aos órgãos centrais e provinciais. Estas reuniões teriam por objectivo apresentar à sociedade civil o trabalho desenvolvido. Serviriam também para apresentar os resultados obtidos dos grupos de trabalho, para troca de informações e recomendações dos vários níveis e fóruns de consulta para apreciações finais.
Encontros de formação e <i>workshops</i> ,	Seriam realizados ao nível dos órgãos da administração central e provincial numa perspectiva dos participantes se familiarizarem com os conceitos de consultas e participação, os mecanismos possíveis de diálogo, os assuntos a tratar, as formas de priorizar programas e acções e em particular os conteúdos da ECP. As reuniões, grupos de trabalho e <i>workshops</i> deveriam ser formas mais interactivas de fazer a consulta, privilegiando-se a participação directa do interlocutor. Os seminários e conferências são fóruns mais adequados para fazer divulgação de informação e de conhecimento a grandes grupos.
Diagnósticos Rurais Participativos (DRP), inquéritos ou entrevistas de opinião.	Os DRP seriam a forma de consulta privilegiada para o diálogo com as comunidades rurais.

Dentro do compromisso assumido para com uma abordagem participativa e abrangente, a ECP considerou como interlocutores os seguintes actores:

- (i) o **sector privado**, representado pelas associações profissionais, podendo ajudar no combate à pobreza por via de parcerias com as comunidades e as administrações municipais, provinciais e centrais;
- (ii) a **sociedade civil organizada**, sendo que organismos representantes da sociedade civil deveriam servir de intermediários entre as acções do governo e as comunidades locais, tendo um papel crucial na disseminação de informação e implementação de projectos específicos;
- (iii) as **Universidades**, contribuindo na análise e avaliação dos dados estatísticos, analisando o impacto das políticas de redução da pobreza e contribuindo para os processos de monitoria e avaliação;

(iv) os **meios de comunicação social**, para publicação, divulgação e disseminação das experiências de combate à pobreza mais relevantes e bem sucedidas, estimulando o envolvimento público na implementação de programas específicos da ECP.

De acordo com a ECP, dever-se-iam institucionalizar os mecanismos de consultas criado ao longo da fase de elaboração da ECP, desta forma garantindo que os programas, projectos e acções fossem levadas a cabo com a participação das autoridades e comunidades locais. Na prática, com a suspensão da ECP em 2004-2005, estes mecanismos, então ainda incipientes, não foram institucionalizados e a participação foi coarctada.

### **Processo de Consultas Realizadas ao Longo da Formulação da ECP**

O processo de consultas conducente à elaboração da ECP comportou duas fases: a 1ª dedicada às instituições do Governo central e local; a 2ª dedicada às consultas às comunidades locais. O processo de consultas na base da formulação da ECP foi lançado com a realização de um seminário, em 2000, que visou, fundamentalmente, informar sobre o processo de preparação da ECP, dar a conhecer experiências vividas por outros países africanos e debater prioridades de assistência técnica para apoiar na estabilização macroeconómica e na redução da pobreza. Este seminário contou com a participação de membros do Governo, do Parlamento, assessores da Presidência da República, altos funcionários do Governo e alguns representantes de ONGs nacionais e estrangeiras seleccionados pelo Ministério do Planeamento. Realizaram-se outros eventos de consulta ao longo do processo de formulação da estratégia, tendo-se discutido estratégias sociais para melhorar o bem-estar e aumentar o rendimento dos mais pobres. Estas reuniões concluíram que o documento da ECP deveria observar as seguintes condições:

- (i) ter abrangência e alcance de longo prazo orientado para resultados concretos;
- (ii) estar integrado no quadro de política do Governo e dos programas sectoriais (ministeriais);
- (iii) garantir a participação da sociedade civil desde o início;
- (iv) possuir bases legais e institucionais eficazes de modo a garantir uma execução transparente;
- (v) **ter uma forte apropriação nacional**, sendo elaborado pelo Governo.

A metodologia adoptada consistiu na discussão/avaliação do impacto das políticas sociais, designadamente nos domínios da saúde, educação e reinserção social, com vista a encontrar as causas dos níveis de pobreza vigentes. Neste contexto realizou-se em Julho de 2001 o “Seminário sobre Políticas Sociais”, com o qual se procedeu à análise do perfil da pobreza e dos grupos vulneráveis, bem como à avaliação das políticas, estratégias e programas sociais implementados nos últimos anos. Este trabalho culminou com a elaboração de **uma primeira versão do documento da ECP em Setembro de 2001**.

Esta versão preliminar da ECP foi submetida à apreciação dos parceiros de cooperação através das suas representações em Angola, designadamente: órgãos do sistema das Nações Unidas, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e União Europeia. Estas entidades forneceram os seus comentários ao documento, tendo-se posteriormente procedido à elaboração de uma segunda versão do documento.

**A segunda versão da ECP** foi submetida a novo processo de consultas coordenado pelo Ministério do Planeamento. Paralelamente, membros da Comissão Técnica e Interministerial, alguns membros de organizações da sociedade civil seleccionados pela Comissão Técnica e alguns deputados, participaram num seminário no Reino Unido com vista a aperfeiçoar o conhecimento dos métodos e processos de consulta no âmbito da formulação de estratégias de redução da pobreza. **Deste seminário concluiu-se ser imprescindível a elaboração de uma estratégia e plano de consultas em que a identificação de organizações da sociedade civil a consultar se fizesse com base em critérios de legitimidade e representatividade.**

Mais uma vez se voltou a colocar claramente o problema da legitimidade e representatividade das OSC seleccionadas pelo grupo interministerial, sendo este um problema recorrente nas relações entre as estruturas governamentais e da administração do Estado e as OSC, muitas delas sem a isenção, a

independência e o espírito crítico necessários para a apreciação das políticas governamentais (ver capítulo 10).

As consultas intra-governamentais e à Assembleia Nacional destinaram-se a articular os diversos órgãos do poder do Estado no seio de uma estratégia única, enquanto **as consultas selectivas às organizações da sociedade civil e às comunidades locais destinaram-se supostamente à recolha de contribuições complementares à visão do Governo. O processo de consultas às comunidades locais decorreu por via da sub-contratação por parte do Ministério do Planeamento de uma ONG muito pouco conhecida e sem expressão no seio da sociedade civil – Mãos Abertas<sup>13</sup> -, que posteriormente levou a cabo o processo de consultas com o apoio de técnicos do Fundo de Apoio Social – FAS (ligado ao ministério do planeamento)<sup>14</sup>. O FAS actuou como operativo, tendo igualmente recorrido ao suporte de algumas ONG seleccionadas.** Esta iniciativa ter-se-á realizado em várias aldeias e comunas de todas as províncias do país<sup>15</sup>, embora tenha sido muito limitada pelo método de consultas, utilizando o FAS como intermediário e uma ONG subcontratada sem qualquer expressão no terreno. Para além destes dois operadores, existiu a participação de algumas ONG seleccionadas ou aceites (explícita ou tacitamente) pela comissão interministerial (ver capítulo 10). As acções de reabilitação de infra-estruturas sociais levadas a cabo pelo FAS (reabilitação de escolas e postos de saúde, entre outras obras), passaram a ser consideradas pelo MINPLAN e pelo próprio programa como concorrendo para os objectivos da ECP

### **Propostas das “Comunidades” para o Combate à Pobreza**

Tendo em conta todas as limitações em termos de processo de consultas às comunidades rurais (ver capítulos 4, 5 e 10), os Diagnósticos Rurais Participativos forneceram várias propostas das comunidades para o combate à pobreza, das quais a ECP realçou algumas:

- (i) reabilitação das infra-estruturas escolares e sanitárias e das vias de comunicação enquanto grandes prioridades ao nível da intervenção do Estado;
- (ii) descentralização na planificação, gestão e monitoria com participação das comunidades, como forma de acelerar o processo de reposição dos serviços sociais de educação e saúde;
- (iii) sugestões concretas de intervenções e participação comunitária como forma de garantir a prestação e gestão dos serviços a baixo custo e de forma sustentável;
- (iv) importância do papel do Estado na coordenação e acompanhamento dos processos de desenvolvimento local;
- (v) presença efectiva e boa governação local da administração pública como factor fundamental para a implementação sustentável da ECP;
- (vi) necessidade de colaboração com o sector privado e organizações da sociedade civil, estabelecendo parcerias que reduzam a pressão sobre os fundos públicos e ofereçam sustentabilidade a médio e longo prazo;
- (vii) importância da intervenção do sector privado e das ONG nos sectores de educação, saúde, água e saneamento a nível local, nomeadamente na reabilitação das infra-estruturas, com um forte envolvimento das administrações locais e das comunidades para garantir a sustentabilidade do funcionamento dos serviços;
- (viii) ênfase deverá estar nas estratégias direccionadas ao desenvolvimento social (serviços de educação e saúde) e das infra-estruturas (viárias, escolares, sanitárias), mas devem ser

---

<sup>13</sup> Esta ONG terá entretanto desaparecido do panorama das ONG angolanas pois que actualmente nenhum dos interlocutores contactados no âmbito desta pesquisa conhece a sua localização ou os seus membros.

<sup>14</sup> O FAS começou por ser um programa de reabilitação social financiado pelo Banco Mundial e a União Europeia, a actuar dentro do Ministério do Planeamento e em articulação com este ministério. Actualmente é maioritariamente financiado pelo próprio Ministério do Planeamento, embora ainda conte com o apoio da União Europeia.

<sup>15</sup> In *Estratégia de combate à pobreza, reinserção social, reabilitação e reconstrução e estabilização económica* (Luanda: MINPLAN & GURN, 2005), p. 101.

complementadas por actividades de promoção da actividade comercial e industrial que fomentem o emprego e o rendimento nos vários sectores da economia rural e urbana.

Estratégias para o Combate à Pobreza segundo as Comunidades Locais					
Província	Agricultura e segurança alimentar	Economia Mercado e comércio	Saúde e Educação	Obras Públicas	Administração pública e justiça
<b>Bié</b>	Definição de uma política de acesso e uso da terra. Fornecimento de instrumentos agrícolas. Implementação de programas de crédito	Relançamento do comércio em toda a extensão da província. Reabilitação da indústria para criar postos de trabalho	Incentivar o envolvimento do sector privado e missões religiosas na reabilitação do sector da educação e da saúde	Desminagem e reabilitação das principais vias de acesso secundárias e terciárias para permitir a comercialização dos produtos agrícolas. Reposição de energia e água na província	Cosntrução, reabilitação e apetrechamento de infra-estruturas administravas e assegurar a presença efectiva das repartições públicas nos municípios
<b>Kuando-Kubango</b>	Distribuição incondicional de instrumentos agrícolas acompanhados da reabilitação das vias de aceso ao campo. Recuperação do sector pecuário.	Promoção e regularização do comércio de pequena escala com outras províncias e a República da Namíbia	Construção de escolas e postos de saúde mais próximos das comunidades	Desminagem e reabilitação das vias que ligam às províncias da Huíla e Moxico. Construção de uma ponte sobre o rio Cuceque para facilitar o comércio com a província do Bié	Nada assinalado
<b>Kuanza-Norte</b>	Criação de incentivos para recuperação do sector agrícola, com maior destaque para a cultura do café	Reactivação do comércio rural para permitir o acesso a sementes instrumentos agrícolas e de construção. Introdução de sistemas de comercialização sob a forma de crédito (pagamento feito após as colheitas). Regularização e fiscalização de preços.	Construção de escolas e postos de saúde mais próximos das áreas rurais	Reabilitação de estradas e pontes das principais vias de acesso, incluindo as das áreas de produção	Assegurar a presença efectiva da administração nas repartições públicas
<b>Lunda Norte</b>	Recuperação do sector agrícola começando pelo ordeamento e distribuição de terra, instrumentos agrícolas, sementes e assistência técnica. Criação de uma instituição como a antiga SPAMOI (Serviços de romoção de mão-de-obra indígena)	Criação de emprego para jovens e promover a sua integração nas empresas diamantíferas. Diversificação do parque industrial na província. Implementação de sistemas de crédito rural e para a habitação. Estímulo ao incremento da rede bancária.	Melhoramento do funcionamento das infra-estruturas	Reparação de estradas, pontes e picadas e da rede de energia e de abastecimento de água.	Reposição dos antigos postos fronteiriços e fiscalização e controlo da entrada de estrangeiros.
<b>Lunda Sul</b>	Ordenamento e distribuição de terra, instrumentos agrícolas, sementes e assistência técnica. Incentivar o modelo de serviços da antiga SPAMOI que sirva de incentivo ao aumento da produção agrícola e que tenha capacidade de absorção da produção	Criação de emprego para jovens. Salvarguardar postos de trabalho para a população local durante a contratação e negociação com empresas diamantíferas. Facilitar a expansão do comércio para permitir o acesso a materiais de construção e insumos agrícolas e forma de crédito.	Melhoramento do funcionamento das infra-estruturas.	Reparação de estradas, pontes e picadas e da rede de energia e de abastecimento de água.	Continuação do processo de registo gratuito de menores, não descurando as áreas mais longínquas. Redução das burocracias no registo de adultos. Negociação com os "sobas" a alteração dos seus territórios
<b>Malange</b>	Criação de incentivos que permitam o relançamento da produção agrícola.	Reactivação do sistema de comércio rural que permita ao camponês ter acesso a insumos agrícolas e a crédito. Regulamentação dos preços dos produtos agrícolas como forma de proteger o camponês	Estabelecimento de parcerias com as missões religiosas e outros intervenientes para a criação de mais escolas. Reabilitação de postos de saúde e maior fornecimento de medicamentos.	Reabilitação de estradas e pontes, particularmente ao longo das vias secundárias e terciárias para facilitar o escoamento dos produtos agrícolas.	Extensão do processo de registo a toda a província para permitir a matricula dos alunos e a circulação de pessoas.
<b>Moxico</b>				Reparação de estradas secundárias, terciárias, picadas e pontes.	Iniciar o processo de registo de menores e de adultos.

<b>Uíge</b>	Provisão de instrumentos agrícolas e concepção de políticas que permitam a exploração comercial de madeira.	Instalação de uma rede de comerciantes. Introdução de sistemas de pagamento a crédito (podendo os pagamentos serem efectuados após a colheita). Regularização e fiscalização dos preços.	Reabilitação e extensão das infra-estruturas de saúde e de educação.	Reabilitação de estradas, particularmente as que ligam o município sede a Maquela do Zombo, Quimbele e Buengas e ampliação do sistema de abastecimento de água.	Promoção de encontros regulares entre os administradores e as comunidades e estender o processo de registo a toda a província.
<b>Zaire</b>	Viabilização da prática da agricultura mecanizada	Reactivação do comércio rural e definição de políticas. Fiscalização dos preços dos produtos agrícolas praticados pelos comerciantes.	Reabilitação e criação de serviços de saúde e educação nas comunidades.	Reparação de estradas secundárias, terciárias, picadas e pontes.	Nada assinalado

## 6 - GRUPOS-ALVO E CONTRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS/TEMÁTICAS DE GRUPOS SECTORIAIS

■ *Definição de grupos-alvo; mecanismos para contribuições específicas/temáticas de grupos sectoriais (e.g. jovens e mulheres)*

A ECP definiu como fazendo parte dos grupos-alvo **todo o indivíduo cujo rendimento fosse inferior ao estabelecido como linha da pobreza, objectivamente qualificáveis como pobres** (abaixo de US\$1.7/dia, estando a linha de pobreza extrema fixada em US\$0.76/dia, conforme definição do IDR em 2001)<sup>16</sup>. Para além do critério do rendimento, a ECP reconheceu a existência de camadas da população que pela sua vulnerabilidade específica necessitariam de uma atenção e protecção especial. Estariam nestas condições:

- (i) Os deslocados internos e refugiados no estrangeiro, os militares e paramilitares desmobilizados (todos eles directamente afectados pelo prolongado conflito militar);
- (ii) As crianças e adolescentes em situação de exclusão e os jovens (constituindo cerca de metade da população angolana, seriam estes os grupos mais vulneráveis à transmissão do VIH, à maternidade/paternidade prematura e à iniciação de práticas criminais);
- (iii) Os portadores de deficiências físicas ou psíquicas e os idosos.

A ECP reconhecia que as questões de género eram transversais e estavam intrinsecamente ligadas a todos os aspectos de estratégia e dos programas e iniciativas tendo em vista o combate à pobreza. **No entanto, a ECP não estabeleceu quaisquer mecanismos específicos para a recolha de contribuições sectoriais ou temáticas relacionadas especificamente com as mulheres, os jovens ou outras camadas a necessitar de protecção especial.**<sup>17</sup>

## 7 - PLANO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO DA ECP

■ *Mecanismos concebidos pela ECP para divulgação de informação relativa ao processo*

A ECP previa uma campanha de divulgação de informação relacionada com o processo, assim como assuntos específicos relacionados com a pobreza. Estavam previstos cinco instrumentos essenciais de divulgação da informação conforme descritos no quadro abaixo:

<sup>16</sup> *Inquérito aos Agregados Familiares sobre Receitas e Despesas (IDR)* (Luanda: INE, 2001).

<sup>17</sup> *Ver Estratégia de combate à pobreza, reinserção social, reabilitação e reconstrução e estabilização económica* (Luanda: MINPLAN & GURN, 2005), pp. 43-44.

Cinco instrumentos previstos para divulgação de informação da ECP	
1	Seminários de divulgação, dirigidos a grupos específicos e comunidades seleccionadas; estando prevista a organização de quatro grandes seminários a nível nacional (com a Assembleia Nacional, com organizações da sociedade civil, sector privado e cooperação internacional).
2	Brochuras temáticas (uma sobre o conceito e perfil da pobreza em Angola e dez outras sobre cada uma das áreas prioritárias da ECP).
3	Cursos de formação sobre pobreza, a serem ministrados aos órgãos da administração central, provincial e municipal.
4	Diagnósticos Rurais Participativos, devendo o FAS (Fundo de Apoio Social, programa a funcionar dentro do ministério do planeamento com fundos externos e nacionais) continuar a ser o principal colaborador do governo.
5	Elaboração de um documento orientador e definidor da estratégia de consultas e divulgação

Conforme anteriormente referido, a não realização da conferência de doadores e a decisão do governo angolano de procurar o financiamento para a reconstrução nacional em fontes alternativas (essencialmente na China) e a resistência aos condicionalismos da comunidade doadora, levaram a que a maioria dos mecanismos previstos na ECP não tivessem seguimento. Neste sentido, não se avançou para além das reuniões preparativas, dos seminários realizados e do processo de levantamento de dados do FAS nos Diagnósticos Rurais Participativos durante a fase de elaboração do documento da ECP. O processo foi suspenso no que respeita aos mecanismos de divulgação de informação e de participação contínua, que deveriam acompanhar a implementação da ECP.

## 8 - ARTICULAÇÕES ENTRE OS NÍVEIS SUB-NACIONAIS, NACIONAIS E REGIONAIS

■ *Mecanismos de ligação do nível nacional com os níveis provincial e municipal, assim como mecanismos de ligação inter-sectorial; Mecanismos/processos de ligação aos processos regionais similares (e.g. SADC, NEPAD, UA).*

A articulação entre o nível sub-nacional e nacional estaria supostamente assegurada por via da ligação entre os diferentes níveis hierárquicos da administração do Estado (central, provincial e municipal) e igualmente da estrutura hierárquica sectorial (dos diferentes ministérios, com sede em Luanda e delegações em todas as províncias). A articulação inter-sectorial nacional estaria assegurada pela comissão interministerial e pela comissão técnica interministerial; a articulação inter-sectorial provincial e municipal estaria assegurada pelas comissões provinciais intersectoriais. O mesmo seria assegurado “fora” da administração do Estado através da estrutura do FAS espalhada por diversos municípios, comunas e aldeias do país, onde desenvolve programas de reconstrução social (embora deva uma vez mais ser ressalvada a limitada abrangência geográfica de acção do FAS quando considerada a totalidade do território nacional)<sup>18</sup>.

Apesar de o documento oficial da ECP considerar que o processo vem no enquadramento de vários compromissos regionais (e.g. NEPAD e SADC, conforme apresentado no capítulo 2), não previu quaisquer mecanismos ou dinâmicas concretas de articulação entre o nível nacional e o regional.

<sup>18</sup> *Project Appraisal Document on a Proposed Credit for the Third Social Action Fund Project (FAS III)*, World Bank report nº25671-ANG (Washington: WB, June 27, 2003).



## 9 - MONITORIA E AVALIAÇÃO (M&E)

■ *Processos e mecanismos institucionais para monitoria e avaliação da ECP e dos indicadores chave da pobreza.*

O governo, ao nível central, provincial e municipal, seria o responsável pelo acompanhamento da implementação da ECP e pela produção dos instrumentos e indicadores necessários à sua monitoria. A Comissão Técnica da ECP seria responsável pela coordenação dos trabalhos de monitoria e avaliação. Os levantamentos estatísticos, estudos e análises da monitoria, seriam feitos pela Comissão Técnica da ECP em colaboração com o INE, as universidades, institutos de pesquisa e ONG.

A **monitoria de programação e execução** da ECP seria da directa responsabilidade do Ministério do Planeamento (MINPLAN) e do Ministério das Finanças (MINFIN), através da produção dos relatórios anuais de balanço do Programa do Governo e dos relatórios de execução do OGE, devendo estes documentos assegurar uma ligação directa com as áreas de intervenção prioritárias da ECP.

Neste sentido, os balanços e relatórios de execução do Programa Económico e Social do Governo e do Orçamento Geral do Estado seriam os instrumentos de referência para a monitoria de processo, apresentando indicadores de actividades realizadas e de despesa executada. A estes relatórios globais dever-se-iam juntar relatórios mais específicos e detalhados, produzidos ao nível do sector, da província e do município, para além dos relatórios de progresso de programas e projectos individuais de cada uma das áreas prioritárias da ECP.

A **monitoria de resultados** (documentação das actividades realizadas, dos recursos utilizados, etc.) seria da responsabilidade dos ministérios sectoriais, em colaboração com as suas representações provinciais e municipais, sob supervisão do MINPLAN.

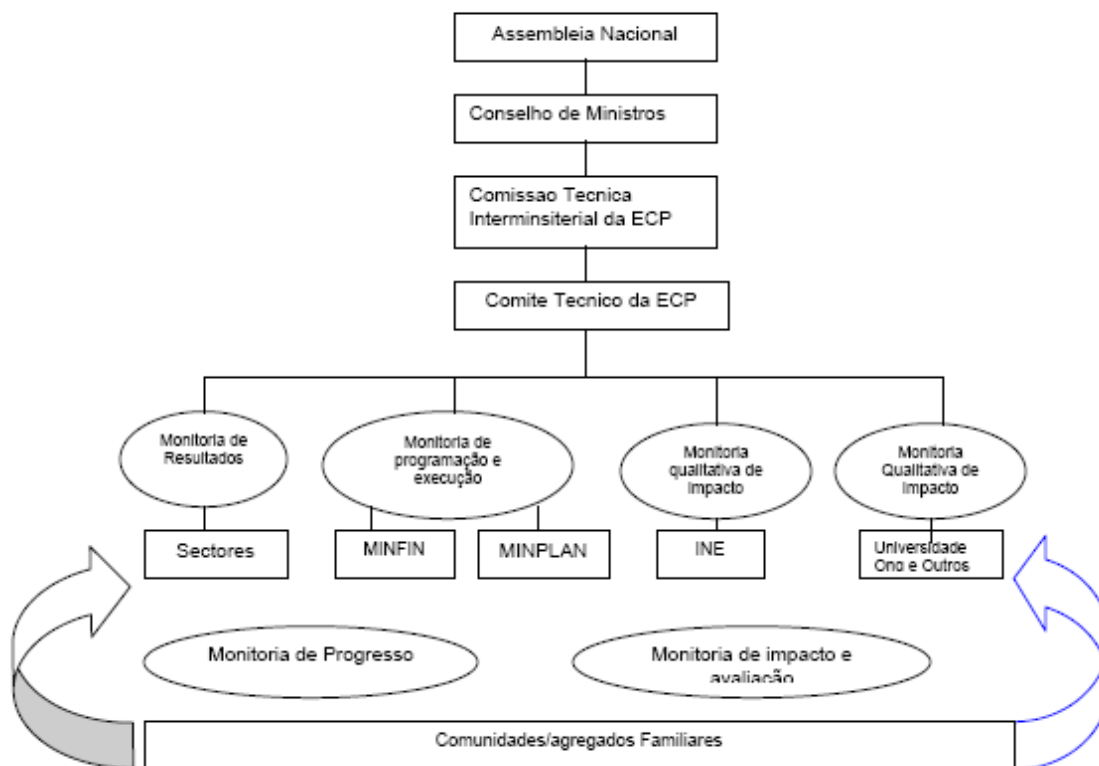
A **monitoria quantitativa de impacto** faria o acompanhamento da mudança do bem-estar das comunidades e do agregado familiar através de indicadores quantitativos de pobreza e bem-estar, regularmente recolhidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e outras instituições produtoras de informação estatística. O MICS e o IDR seriam exemplos de instrumentos de suporte à monitoria quantitativa de impacto por recolherem e produzirem indicadores económicos e sociais relativos ao desenvolvimento das comunidades e famílias.

A **monitoria qualitativa de impacto** seria efectuada através de DRP e de reuniões e seminários de consultas à população. A responsabilidade de coordenação deste processo seria do MINPLAN, com assistência técnica das universidades e ONGs a trabalhar nesta área.

Tipo de monitoria	Componentes	Instrumentos
Monitoria de processo	Programação e execução	Relatórios de execução do Orçamento Geral do Estado Relatórios de execução financeira de programas e projectos sectoriais
	Resultado	Balanço do Programa do Governo Balanço de programas e projectos sectoriais
Monitoria de impacto	Quantitativa de impacto	MICS IDR
	Qualitativa de impacto	Avaliações participativas de pobreza DRP

Objectivos	Instrumentos	Entidades envolvidas	Frequência
Monitorar o progresso da implementação	Relatórios de execução do OGE	MINFIN	Anual
	Balanços anuais do programa do governo	MINPLAN, MINFIN e ministérios sectoriais	Anual
Monitorar o impacto quantitativo	MICS	INE	Quinquenal
	IDR	INE	Quinquenal
	Levantamentos estatísticos sectoriais	INE e ministérios sectoriais	A definir
Monitorar o impacto qualitativo	Diagnósticos Rurais Participativos	ONG, MINPLAN	Bienal
	Estudos temáticos	INE, Universidades, MINPLAN	Anual
Avaliação da relevância e eficácia	Estudos e inquéritos	MINPLAN, INE e ministérios sectoriais (para as suas áreas específicas), Universidades, ONGs, Institutos de investigação	2006 e depois quinquenalmente

### Enquadramento institucional da monitoria e avaliação da ECP



A **avaliação geral da ECP** seria feita por um grupo diversificado de representantes das várias entidades envolvidas, nomeadamente das estruturas do governo central e local, assim como dos grupos-alvo da ECP -- Assembleia Nacional, organizações da sociedade civil, organizações do sector privado e representantes das comunidades. Um Relatório de Avaliação da ECP deveria ser elaborado no final de 2005, analisando a eficácia da ECP e identificando ajustamentos e correcções necessárias, fornecendo também *inputs* para o Programa de Desenvolvimento de Médio Prazo do Governo.

### **O Plano Estatístico Nacional de Médio Prazo 2002-2006**

A intenção expressa da ECP era a de que este impulso, ao nível dos instrumentos de avaliação e acompanhamento do fenómeno da pobreza, pudesse levar à institucionalização de um sistema de recolha de dados permanente a nível nacional e local, chamando a atenção para a necessidade de reforço dos serviços nacionais de estatística. De acordo com a ECP, inseriu-se neste contexto o Plano Estatístico Nacional de Médio Prazo 2002-2006, aprovado pela Comissão Permanente do Conselho de Ministros em 2002, visando o desenvolvimento do Instituto Nacional de Estatística, a orientação e a coordenação da produção e difusão de informação estatística oficial nos domínios económico, social e demográfico, tendo como prioridade a implementação de um sistema integrado de inquéritos aos agregados familiares e às empresas.

O Plano Estatístico Nacional previa igualmente um estudo sobre o perfil da pobreza em Angola e sobre o sector informal a desenvolver até 2006. Supostamente, o MICS 3 viria a constituir uma das principais fontes de informação para a monitoria dos indicadores de bem-estar social. Na prática, o plano acabou igualmente por sofrer de impasses vários, nomeadamente a perda de influência da ECP, avançando de forma muito lenta, pouco coordenada e sustentada. O MICS 3 só terminará em Maio de 2009, com a publicação prevista para o segundo semestre do ano e os estudos sobre o perfil da pobreza e o sector informal previstos para 2006 continuam até hoje por realizar.

## **10 - LIÇÕES A RETIRAR DO PROCESSO ECP**

- *Análise, apreciação e avaliação da qualidade e intensidade da participação das partes envolvidas no processo de elaboração e implementação da ECP, especialmente no que concerne à sociedade civil, evidenciando os principais constrangimentos*

A abordagem participativa para a preparação da ECP é descrita e concebida oficialmente de forma bastante favorável, embora na prática tenha levantado diversas críticas, por parte das OSC, à forma como foi conduzida pelas estruturas governamentais responsáveis, especialmente o Ministério do Planeamento e a Comissão Interministerial (também ela liderada pelo Ministério do Planeamento) – marcadamente caracterizada como sendo *top-down* e restritiva quanto à participação..

### **■ Seleção, Legitimidade e Representatividade das OSC**

O problema da legitimidade, representatividade e abrangência das organizações auscultadas no processo é levantado por vários interlocutores nacionais e estrangeiros. A própria auscultação às comunidades foi feita de forma indirecta, por intermédio de algumas organizações seleccionadas e indicadas pela comissão técnica interministerial. Oficialmente, a tarefa coube essencialmente às estruturas de um programa do Ministério do Planeamento, parcialmente financiado pela União Europeia – o Fundo de Apoio Social - FAS. Pese embora o FAS tenha alguma implantação nas várias províncias do país, está longe de ter uma ampla abrangência geográfica, para além de não se poder considerar como uma organização da sociedade civil, sendo antes um programa social do governo, financiado por fundos externos (essencialmente da União Europeia) e do

próprio governo<sup>19</sup>. Por outro lado, a participação de ONGs neste processo foi fraca, aleatória, dependendo da selecção/aproximação ao FAS e da anuência implícita ou explícita da comissão interministerial.

No seminário organizado no Reino Unido em 2002 para os deputados, membros da comissão técnica e alguns representantes da sociedade civil (escolhidos pela comissão) o problema foi levantado, tendo-se concluído ser imprescindível a elaboração de uma estratégia e plano de consultas em função de critérios de legitimidade e representatividade, procurando-se alargar o espectro de participação da sociedade civil e das próprias comunidades locais.

O problema de fundo da legitimidade e representatividade no seio das OSC é essencialmente político e está intimamente relacionado com as diversas tentativas do regime em controlar o criticismo que vem da sociedade civil em relação às políticas do governo.

Na medida em que assumiam um papel de crescente relevo no fornecimento de serviços sociais ao longo dos anos 90, as ONG nacionais e internacionais ganharam nessa altura uma legitimidade acrescida para se constituírem em vozes críticas contra a falta de empenho e preocupação do governo para com os sectores sociais<sup>20</sup>. Face a esta onda de criticismo interno e externo o poder político reagiu de forma estruturada em meados da década de 1990, investindo fortemente numa ‘sociedade civil paralela’, integrada por organizações tais como a fundação do presidente, (Fundação Eduardo dos Santos - FESA), criada em 1996<sup>21</sup> e, mais tarde, o Fundo de Solidariedade Social Lwini da primeira-dama Ana Paula dos Santos, ambas pretendendo reabilitar a imagem política do presidente, selectivamente provendo serviços sociais da responsabilidade do Estado, usando para esse fim fundos geralmente provenientes dos bónus sociais pagos pelas empresas petrolíferas internacionais<sup>22</sup>. Tal estratégia continuará até aos dias de hoje com a criação ou cooptação de várias outras organizações<sup>23</sup>, servindo basicamente a necessidade governamental e presidencial de ter uma “sociedade civil” cooperante que possa ser politicamente manipulada, participando em processos politicamente sensíveis (e.g. aprovação de determinadas leis) sem as contestarem e, como tal, satisfazendo a exigência internacional de ouvir a “sociedade civil”<sup>24</sup>.

As OSC “paralelas” (ou mais *government friendly*) passaram a ter um acesso privilegiado e facilitado às estruturas governamentais (e igualmente ao sector privado, cujas empresas obedecem na sua maioria à lógica patrimonial-distributiva do regime)<sup>25</sup> e inclusive ao estatuto legal de “instituições de utilidade

---

<sup>19</sup> *Project Appraisal Document on a Proposed Credit for the Third Social Action Fund Project (FAS III)*, World Bank report n°25671-ANG (Washington: WB, June 27, 2003).

<sup>20</sup> Ver “Country profile Angola” in *An Assessment of Human Rights Defender initiatives in Southern Africa*, a report for the Netherlands Institute of Southern Africa – NiZA, by Ahmed Motala, Nuno Vidal, Piers Pigou and Venitia Govender (Amsterdam: NiZA, June 2005), pp.47-62.

<sup>21</sup> Para mais informação sobre esta fundação e o investimento do poder na Sociedade Civil, ver Messiant, Christine, ‘La Fondation Eduardo dos Santos (FESA): autour de l’investissement de la société civile par le pouvoir angolais’, in *Politique Africaine*, 73, 1999, pp. 82 – 101.

<sup>22</sup> Vidal, Nuno, “Social Neglect and the Emergence of Civil Society”, in Chabal, Patrick & Vidal, Nuno, *Angola, the weight of history* (London: Hurst, 2007), pp. 200-235; also Vidal, Nuno, “Sectores Sociais, Sociedade Civil, Política e Direitos Humanos em Angola” in Vidal, Nuno & Pinto de Andrade, Justino (eds.), *Sociedade Civil e Política em Angola* (Luanda e Lisboa: Firmamento, 2008), pp. 11-40.

<sup>23</sup> A AJAPRZ (*Associação de Jovens Angolanos Provenientes da Zâmbia*), *Criança Futuro* (anteriormente liderada pelo antigo Chefe dos Serviços de Inteligência no Exterior, Fernando Miala; Miala), *Acção Solidária* e *Amigos do Rangel*, entre outras, são exemplos claros de tal tipo de organizações.

<sup>24</sup> A Agenda Nacional de Consenso, aprovada a 3 de Abril de 2007 e promovida pelo governo é um exemplo deste tipo de iniciativas que precisa de “cooperação” das OSC; a respeito da Agenda Nacional de Consenso ver *Jornal de Angola* (20 Junho 2007); a respeito das OSC paralelas e as necessidades do regime ver também Messiant, Christine, “The Mutation of Hegemonic Domination: Multiparty Politics Without Democracy”, in Chabal, Patrick & Vidal, Nuno, *Angola, the weight of history* (London: Hurst, 2007), pp.93-123.

<sup>25</sup> Aguilar, Renato, *Angola: getting off the hook*, a report for Sida (Gothenburg: Gothenburg University, 2005), especialmente pp. 13-18; também Aguilar, Renato, “Angola’s private sector: rents distribution and oligarchy”, in Karl Wohlmuth, Achim

pública”, que permite o acesso aos recursos públicos por via do Orçamento Geral do Estado<sup>26</sup>. As outras organizações que não se enquadram nestes parâmetros encontram dificuldades crescentes de actuação na proporção directa do seu afrontamento ao governo<sup>27</sup>.

O problema de fundo da questão da legitimidade e representatividade a respeito da participação das OSC nos processos de elaboração de políticas públicas reside aqui, nas diversas tentativas do poder político de controlar o espaço da sociedade civil, privilegiando umas em relação às outras e tentando limitar a participação e intervenção pública das OSC a um mínimo que satisfaça formalmente as exigências da “comunidade internacional”.

#### ■ Tentativa de alargamento da participação por parte de algumas ONG

Dado o âmbito restrito e lento em que se estava a processar o modelo de participação conduzido pelo MINPLAN/Comissão Interministerial, algumas ONGs nacionais e internacionais sob a égide do FONGA (Fórum das ONGs Angolanas) procuraram alargar o leque da participação e da auscultação. Não obstante, o processo não deixou de ser fracamente participado, quer ao nível do universo das organizações da sociedade civil (para além das ONGs), quer ao nível das comunidades locais. O FONGA é uma estrutura de representatividade limitada e sem abrangência nacional, estando essencialmente circunscrito a Luanda e a um grupo de ONGs nacionais, por vezes apoiadas por ONGs internacionais que procuraram estimular indirectamente o processo (e.g. a ONG Canadiana *Development Workshop*).

A respeito do processo de consulta à sociedade civil, o projecto de síntese e monitoria de *PRSP* referia o seguinte para a ECP em Angola:

*Foram dados três meses às ONGs para comentarem o draft interino da ECP, embora a princípio parecesse que o Ministério do Planeamento esperava somente a concordância das ONGs. As ONGs realizaram alguns exercícios de consulta participativa no lugar do governo, mas ao que parece os resultados não foram ainda incorporados no processo da ECP.*<sup>28</sup>

#### ■ Apropriação e discussão pública generalizada do processo ECP

Em função do que foi referido nos pontos anteriores, o processo ECP nunca chegou a alcançar um nível de divulgação, participação, difusão e discussão pública, que permitisse torná-lo num projecto de adesão nacional, galvanizador das instituições públicas, privadas e da sociedade civil. Como vimos anteriormente, os mecanismos de difusão e divulgação previstos não chegaram a ser implementados e, como tal, os processos de restituição do levantamento inicialmente feito não ocorreram ou foram de uma dimensão e âmbito irrelevante, contrariando as exigências expressas ao longo do processo de consulta que levou à elaboração da ECP (ver capítulo 5).

Os *media*, com quem o próprio documento ECP contava para a divulgação do processo, pouco podiam fazer dado o âmbito limitado em que se manteve o processo de consulta e participação, para além das diversas debilidades estruturais e constrangimentos políticos existentes. É bom referir que existe um acentuado controlo político sobre os *media* estatais e privados. Os estatais têm as suas linhas editoriais claramente manipuladas pelo governo e partido maioritário, enquanto os privados sofrem de coacções várias, que vão

---

Gutowski, Tobias Knedlick, Mareike Meyn & Sunita Pitamber, *African Development Perspectives* (Germany: Lit Verlag, 2003).

<sup>26</sup> Ver Vidal, Nuno, *Relatório da II Conferência da Sociedade Civil Angolana, 2008* (Luanda: Grupo de Coordenação da Sociedade Civil & Firmamento, 2009).

<sup>27</sup> Vidal, Nuno, “Sectores Sociais, Sociedade Civil, Política e Direitos Humanos em Angola” in Vidal, Nuno & Pinto de Andrade, Justino (eds.), *Sociedade Civil e Política em Angola* (Luanda e Lisboa: Firmamento, 2008), pp. 11-40.

<sup>28</sup> In *PRSP Monitoring and Synthesis Project*, Overseas Development Institute (London: ODI, issue 8 May 2003), p. 4.

de ameaças explícitas<sup>29</sup> às pressões para a auto-censura, passando pela prisão<sup>30</sup> e cooptação de jornalistas (sendo os melhores convidados para integrarem os *media* do Estado a troco de salários mais altos que os do privado)<sup>31</sup>. Apesar de uma nova lei de imprensa, permanecem os bloqueios político-legais que impedem a expansão da Rádio *Ecclésia* para fora de Luanda (a única estação de rádio politicamente independente)<sup>32</sup>.

#### ■ Questões Sociais vs Questões Macro-Económicas

Os grupos da sociedade civil (ONG) queixaram-se que, quando em Julho de 2001 se reuniram para dar as suas contribuições para a ECP interina (I-PRSP), os membros das estruturas governamentais mostraram-se reticentes em organizar a consulta e as contribuições foram restritas a assuntos sociais, ficando de fora as questões “macro-económicas” ou de políticas de ajustamento estrutural, consideradas como as que mais influenciam a pobreza. Várias ONG referem a existência de dois processos paralelos, um para assuntos sociais discutidos no contexto da ECP e que contou com alguma participação pública e outro para questões macro-económicas e de ajustamento estrutural discutidas no contexto do PRGF do FMI (*Poverty Reduction and Growth Facility*; programa do FMI de juros bonificados para empréstimos aos países de baixo rendimento), sem participação pública.

Quer isto dizer que não foi concedido espaço aos “participantes” da sociedade civil e parlamentares da Assembleia Nacional para discutirem o pacote de políticas de ajustamento estrutural que dominaram de forma marcada as versões finais da ECP e do PRGF do FMI.<sup>33</sup>

#### ■ Deficiências e Insuficiências da ECP segundo o antigo Director do INE

Para Mário Adauta de Sousa (ex-director do Instituto Nacional de Estatística - INE), a ECP padeceu de várias deficiências e insuficiências, como sejam:

- A falta de uma hierarquia de prioridades e sequência de acções, projectos e programas;
- A falta de identificação de populações-alvo, correndo-se o risco de os programas poderem vir a atingir indiscriminadamente os pobres e não pobres, sendo que o quadro conceptual de base à ECP assentou essencialmente no crescimento económico, ficando ausente o conceito de crescimento pró-pobres e pró-erradicação da pobreza;
- O processo consultivo foi dominado por um modelo burocrático *top-down*;
- Não existiram consultas de âmbito e abrangência alargada no que concerne à ECP;

---

<sup>29</sup> Ver nota do Instituto para a Comunicação Social na Africa Austral (*Media Institute for Southern Africa - MISA*), 23 de Fevereiro, 2005, “Director of Government News Agency threatens to shoot journalist”; Ver *Angonotícias*, 24 de Julho, 2006, “Hipótese de indiciar Ecclésia de espionagem contra a segurança do Estado”, [[http://www.angonoticias.com/full\\_headlines.php?id=10838](http://www.angonoticias.com/full_headlines.php?id=10838)]; ou ainda as Declarações de Cornélio Bento à Voz da América; in *Voz da América-Visão Angola* (16 Agosto, 2006), disponível em: [<http://www.voanews.com/portuguese/>].

<sup>30</sup> O mais recente caso é o de José Lelo, correspondente da *Voz da América* em Cabinda, preso em Novembro de 2007 sob acusação de “instigação à rebelião e crime contra a segurança do Estado”, já consideado pela Amnistia Internacional como prisioneiro de consciência; um caso anterior diz respeito ao director do *Semanário Angolense*, Graça Campos, preso em 3 de Outubro de 2007 e condenado pelo Tribunal Provincial de Luanda a 8 meses de prisão efectiva e ao pagamento de 250 mil dólares, por crime de difamação e calúnia contra o antigo ministro da Justiça, Paulo Tchিপilica.

<sup>31</sup> Ver Alexander, Karin & Gilbert, Stefan, *Relatório Oil and Governance Report, a case study of Chad, Angola, Gabon and São Tomé e Príncipe* (South Africa: Institute for Democracy in South Africa, 2008), p. 28.

<sup>32</sup> Ver *Proteção Limitada Liberdade de Expressão e Informação sob a Nova Lei de Imprensa Angolana, relatório da Human Rights Watch* (Washington: HRW, Novembro 2006), p.10; também, *Unfinished democracy, media and political freedoms in Angola, relatório da Human Rights Watch* (Washington: HRW, 2004); também *Human Rights Watch World Report 2006* (Washington: HRW, 2007), p. 76.

<sup>33</sup> In Rethinking Participation, questions for Civil Society about the Limits of Participation in PRSPs, an ActionAid USA / ActionAid Uganda Discussion Paper (Washington DC: Action Aid, April 2004); Ignoring the experts: Poor people’s exclusion from poverty reduction strategies, Christian Aid Policy Briefing, prepared in partnership with INESC, Rede Brasil, Mozambique Debt Group, LINK, CEDLA, UNITAS, October 2001.

- A estratégia ECP não foi específica na determinação dos papéis dos actores chave (*key stakeholders*), como a sociedade civil, os parlamentares e as estruturas de governação local no processo ECP;
- O modelo consultivo prevaemente *top-down* levado a cabo pelo governo não foi capaz de promover uma maior apropriação nacional da ECP por parte dos seus destinatários e da população em geral, nem as organizações da sociedade civil nem o sector privado participaram de modo significativo na elaboração da ECP;
- Não existiu desagregação de dados no que respeita às dimensões de género na questão da pobreza e no contexto da construção da paz pós-conflito;
- A questão do género foi tratada de forma periférica em vez de ser considerada um desafio central a qualquer intervenção de combate à pobreza.<sup>34</sup>

#### ■ **Petróleo e perda de capacidade de pressão dos doadores e ONG**

Ao longo dos anos noventa, o fracasso do Estado em oferecer serviços sociais aos estratos sócio-económicos mais pobres levou a que as ONG nacionais e internacionais, juntamente com as organizações religiosas, fornecessem apoio em inúmeras áreas, tendo o papel da cooperação internacional passado de secundário a central, permitindo ao Estado desresponsabilizar-se por muitas destas áreas.

Com o fim da guerra civil que se seguiu à morte do líder rebelde Jonas Savimbi (Fevereiro de 2002) e a assinatura do memorando de paz do Luena (Abril de 2002), muitos esperavam por uma rápida mudança na política social – expectantes por investimentos substanciais do Estado nos sectores sociais, numa altura em que se estimava que três quartos de uma população também ela estimada de 14 milhões, vivia com menos de 1 dólar por dia e que cerca de 2 milhões enfrentavam o risco eminente da fome<sup>35</sup>.

O desgastado argumento da guerra deixava de poder ser usado para justificar a falta de investimento naqueles sectores. Para além do mais, a produção petrolífera continuava a aumentar fortemente e rendia ao governo uma média de cerca de 5 biliões de dólares anuais.<sup>36</sup> De igual modo, vários relatórios internacionais expunham práticas de má gestão das receitas petrolíferas e a corrupção endémica no sistema político, a par de várias outras actividades co-relacionadas e expostas pelos *media*<sup>37</sup>.

Neste cenário, organizações internacionais a trabalhar no terreno, como a *CARE International* ou a *MSF*, acusavam o governo de negligência criminal contra a sua própria população<sup>38</sup>. Consequentemente, a ajuda humanitária diminuiu substancialmente e a tão aguardada conferência internacional de doadores foi sendo constantemente adiada, ficando condicionada a um acordo entre o governo e o FMI, que era suposto estabelecer alguns princípios de *accountability* e transparência na gestão das contas públicas, para além da elaboração da Estratégia de Combate à Pobreza (PRSP) – conforme explicado no capítulo 1<sup>39</sup>. A assistência

---

<sup>34</sup> In *Report of the International Conference on Poverty Reduction Strategy in Africa, A new imposed conditionality or a change for a meaningful development policy?*, Southern Africa Regional Poverty Network (Lusaka-Zambia: 7th to 18th June 2002).

<sup>35</sup> *The Guardian* (7 Fevereiro, 2003).

<sup>36</sup> De 2000 a 2003 Angola recebeu uma média de 5 biliões de dólares por ano; ver artigo 'Angola should be able to finance its own post war rebuilding' por Michael Dynes in *Times online* (24 Fevereiro, 2003).

<sup>37</sup> É importante notar que de acordo com o FMI, entre 1997 e 2001, há \$8.45 biliões de fundos públicos cujo destino não é conhecido (representando uma média de 23% do PIB), ver *Time for transparency, coming clean on oil, mining and gas revenues, a report from Global Witness* (Washington: Global Witness, March 2004), p.35; Angola foi classificada na altura pela *Transparency International* na posição 133 de 145 no que respeita aos países mais corruptos do mundo (sendo o 145º o mais corrupto), in [www.transparencyinternational.com].

<sup>38</sup> *Voz da América News Online* (11 Junho, 2002); *The Guardian* (7 Fevereiro, 2003).

<sup>39</sup> Para uma súmula da relação entre o governo angolano e o FMI, ver *Some transparency, no accountability, the use of oil revenue in Angola and its impact on Human rights, Human Rights Report*, vol. 16, no. 1 (New York: HRW, Janeiro de 2004), este relatório expõe também as discrepâncias nas contas governamentais entre receitas e despesas provenientes do petróleo; ver também *Human Rights Watch World Report 2006* (Washington: HRW, 2006), pp.74-79.

humanitária foi suspensa em várias regiões (sobretudo no Centro-Norte) que deixaram de ser consideradas como necessitadas de tal apoio<sup>40</sup>.

Basicamente a pressão internacional pretendia melhor governação e um mais efectivo envolvimento do governo nos sectores sociais. Contudo, os esforços não foram muito eficazes. Recorrendo a novos e mais favoráveis empréstimos (especialmente da China – 4 biliões de dólares sem quaisquer condicionalismos de transparência, boa governação ou respeito por Direitos Humanos<sup>41</sup>), o governo acabou por desistir da conferência de doadores, reafirmou a sua autonomia face aos condicionalismos externos e o partido no poder elaborou de forma unilateral os seus próprios planos de desenvolvimento, dando prioridade aos objectivos de estabilidade macro-económica e com um forte investimento em infra-estruturas e transferência de tecnologia (ver capítulos 1 e 2), relegando para segundo plano os sectores sociais conforme se pode observar pela evolução dos orçamentos de Estado.

Orçamento Geral do Estado: Sectores Sociais									
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Educação	5.06%	5.19%	6.24%	10.47%	7.14%	3.82%	6.63%	7.9%	7.9%
Saúde	5.03%	4.57%	5.82%	5.69%	4.97%	4.42%	4.70%	6.7%	8.38%
Segurança e Assistência Social	3.93%	3.36%	1.47%	4.30%	6.47%	9.66%	11.54 %	9.6%	10.69%
Habituação e Serviços Comunitários	3.77%	2.14%	1.57%	3.07%	4.13%	6.51%	7.72%	5.1%	4.78%

Fonte: criação do autor com base nos Orçamentos Gerais do Estado dos anos indicados; disponíveis em [www.minfin.gv.ao](http://www.minfin.gv.ao)<sup>43</sup>

De igual modo, face aos aumentos do preço do crude, à crescente produção angolana<sup>44</sup> e ao aumento da concorrência mundial para assegurar futuros abastecimentos de petróleo (com os novos parceiros asiáticos de Angola a ganharem terreno), o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a União Europeia e as democracias Ocidentais em geral, foram gradualmente relaxando a pressão que mantinham sobre o governo angolano visando maior transparência e respeito por Direitos Humanos<sup>45</sup>. No novo contexto internacional

<sup>40</sup> Entrevista dada ao autor por Philippe Lazzarini (Chief Officer UN-OCHA – *United Nations Organization for the Coordination of Humanitarian Aid*) (Luanda: 1 Outubro, 2004).

<sup>41</sup> Ver *More than humanitarianism: a strategic US approach toward Africa, report to the Council on Foreign Relations by an Independent Task-force* (New York: Council on Foreign Relations, 2005), especialmente pp. 32-33, 49-50; ver também Aguilar, Renato, *Angola: getting off the hook...op. cit.*, especialmente pp. 2, 13-18. Embora não se saiba ao certo os montantes actuais abrangidos nas linhas de crédito da China, em 2007 estimavam-se já entre os 6 a 10 biliões de dólares, in artigo de Alec Russell, "Investors sign up to Angola's miracle" (*Financial Times*, August 22, 2007).

<sup>42</sup> Em 2008 a rubrica "Segurança e Assistência Social" passa a designar-se de "Protecção Social"

<sup>43</sup> Angola encontra-se ainda muito abaixo da média dos países da SADC no que respeita a gastos com a educação que se situa nos 16.7%. De acordo com o Banco Mundial, a composição da despesa pública em 2004 por função – despesas com saúde e educação em percentagem do PIB em Angola (menos de 2% para a saúde e menos de 5% para a educação) – estão entre as mais baixas no contexto africano, "tal composição da despesa pública está muito abaixo das necessidades do país em termos de reconstrução de infra-estruturas e fornecimento de serviços essenciais à população e parece reflectir as escolhas políticas ainda preocupadas com a prevalência de um orçamento de tempos de guerra"; in *Angola public expenditure, management and financial accountability*, World Bank report n. 29036-AO (Washington: February, 16, 2005), p.i, also pp. 5-6.

<sup>44</sup> Ver Hodges, Tony, "The Economic Foundations of the Patrimonial State" in Chabal, Patrick & Vidal, Nuno, *Angola, the weight of history* (London: Hurst, 2007), pp. 175-199.

<sup>45</sup> Ver *Angola Strategy: Prioritizing U.S.- Angola Relations, a Report of an Independent Commission Sponsored by the Center for Preventive Action* (New York: Council on Foreign Relations, 2007); também *More than humanitarianism...op. cit.*, pp. 32-33,



estratégico (energético), Angola ganhou uma força significativa de pressão sobre o exterior, ao contrário do que vinha sendo habitual durante os anos 80 e 90 <sup>46</sup>. Este poder será não só sobre governos e empresas com interesses em Angola, mas igualmente, ainda que de forma mais indirecta, sobre Organizações Internacionais Governamentais e comunidade doadora em geral, cujos membros mais influentes têm fortes interesses económicos em Angola.

Consequentemente, a pressão é igualmente exercida sobre as ONG internacionais que actuam em Angola e as suas parceiras nacionais, na medida em que o financiamento da esmagadora maioria delas vem das mesmas fontes internacionais. Um sinal deste facto é a postura moderada (essencialmente técnica e diplomaticamente correcta) repentinamente assumida por várias organizações internacionais instaladas em Angola, face aos graves atropelos dos DH em comunidades peri-urbanas<sup>47</sup>, o não registo de algumas OSC<sup>48</sup>, a ilegalização da organização *MPalabanda* em Cabinda, a ameaça velada de ilegalização das ONG nacionais e internacionais que mais incómodos políticos têm causado<sup>49</sup>, nos constrangimentos à actividade dos *media* (incluindo a prisão de jornalistas<sup>50</sup>), no encerramento do escritório de Direitos Humanos das Nações Unidas em Angola (HROA - *Human Rights Office Angola*) em final de 2007 e a forma inquinada como foi conduzido o processo eleitoral (e.g. a desequilibrada composição da comissão nacional eleitoral, as responsabilidades dadas às comissões executivas eleitorais que ultrapassam o espírito da Lei, a não observação internacional no processo de recenseamento, ou a impossibilidade de votar para os angolanos na diáspora, entre outros problemas)<sup>51</sup>.

Muitos dos chamados activistas internacionais do desenvolvimento, DH e sociedade civil, perceberam os limites politicamente aceitáveis da sua actuação, escudando-se em posturas mais técnicas e reservando as suas críticas mais agressivas para meandros informais. Organizações que antes acusavam publicamente o governo de negligência criminal pelo desprezo a que votava as populações refrearam fortemente as suas posições<sup>52</sup>.

---

49-50; também *Human Rights Watch World Report 2006 ...op. cit.*, pp.74-79; Aguilar, Renato, *Angola: getting off ...op. cit.*, pp. 2, 13-18; também Reed, John, "Angola o capitalismo dos petrodiamantes" in *Courrier Internacional* (25 Novembro, 2005), n.34, pp. 22-23.

<sup>46</sup> Ver Jad Mouawad "Nowadays, Angola Is Oil's Topic A", *The New York Times* (March 20, 2007); também Miranda, Arlindo, *Angola 2003/2004, Waiting for Elections, a report for the Christian Michelsen Institute* (Norway: CMI, 2004); Chabal, Patrick, 'Introduction' in Chabal, Patrick & Vidal, Nuno, *Angola, the weight of history* (London: Hurst, 2007), pp. 1-18.

<sup>47</sup> Ver 'Angola, "eles partiram as casas"; *Desocupações forçadas e insegurança da posse da terra para os pobres da cidade de Luanda*, relatório da Human Rights Watch e SOS Habitat, Vol. 19, nº7 (A) (New York: HRW & SOS Habitat, Maio 2007), disponível em [<http://hrw.org/reports/2007/angola0507/>]; ver também *Angola, Lives in Ruins: Forced Evictions Continue*, *Amnesty International Report* (London: AI, January 2007), disponível em [<http://web.amnesty.org/library/Index/ENGAFR120012007>].

<sup>48</sup> Casos da Associação Justiça Paz e Democracia (AJPD) e Fundação Open Society Angola.

<sup>49</sup> Casos da *Open-Society Foundation - Angola, Mãos Livres, AJPD e SOS Habitat*; ver artigo de Mário Paiva no semanário *A Capital* (Luanda: 14 de Julho de 2007); ainda artigo de Reginaldo Silva no *Angolense* (Luanda: 14 de Julho de 2007).

<sup>50</sup> Tal foi o caso de Graça Campos, jornalista e editor-chefe do jornal *Semanário Angolense* ou o de José Lelo, correspondente da *Voz da América* em Cabinda, preso em Novembro de 2007 sob acusação de "instigação à rebelião" e crime contra a segurança do Estado.

<sup>51</sup> Ver Vidal, Nuno, *Plano Estratégico 2008-2010, Programa de Direitos Humanos, Construção da Democracia, Género e VIH/SIDA* (Luanda: Fundação Open Society - Angola, Agosto 2007); também Vidal, Nuno, "Landmines of Democracy: Civil Society and the Legacy of Authoritarian Rule in Angola" in Minnie, Jeanette (ed.), *Outside the Ballot Box: Preconditions for Elections in Southern Africa in 2005/6* (Windhoek: HiVOS, NiZA-Netherlands Institute for Southern Africa & MISA-Media Institute of Southern Africa, November 2006), pp. 65-87.

<sup>52</sup> *Voz da América News Online* (11 Junho, 2002); *The Guardian* (7 Fevereiro, 2003).

## BIBLIOGRAFIA SELECCIONADA RELEVANTE PARA O TEMA

### Documentação oficial/institucional (organizações governamentais e não governamentais)

'Angola, "eles partiram as casas"; Desocupações forçadas e insegurança da posse da terra para os pobres da cidade de Luanda', relatório da Human Rights Watch e SOS Habitat, Vol. 19, nº7 (A) (New York: HRW & SOS Habitat, Maio 2007).

2006 Annual Report (Luanda: Open Society Foundation – Angola, 2007).

*A Better World for all, Progress towards the International Development Goals*, International Monetary Fund, Organisation for Economic Cooperation and Development, United Nations and World Bank (Washington: IMF, OECD, UN & World Bank, 2000).

*A Crude Awakening: the role of the oil and banking industries in Angola's civil war and the plunder of the state assets*, a report by Global Witness (Washington: Global Witness, December 1999).

*A Rough Trade: the role of Companies and Governments in the Angolan Conflict*, a report by Global Witness (Washington: Global Witness, December 1998).

*Above the Law, Police Accountability in Angola*, by Amnesty International (London: Amnesty International, September 2007).

Adauta de Sousa, Mário, *Contribuição para uma Estratégia de Reintegração Social, um estudo para o MINARS e o Banco Mundial* (Luanda: MINARS e Banco Mundial, May, 2001).

Aguilar, Renato, *Angola 2000: Coming out of the Woods?* (Gothenburg: Swedish International Development Agency and Department of Economics & Gothenburg University, 2000).

Ahmed Motala, Nuno Vidal, Piers Pigou & Venitia Govender, *An Assessment of Human Rights Defender Initiatives in Southern Africa*, (Amsterdam: Netherlands Institute for Southern Africa – NIZA, 2005).

Ahmed Motala, Nuno Vidal, Piers Pigou & Venitia Govender, *An Assessment of Human Rights Defender Initiatives in Southern Africa* (Amsterdam: Netherlands Institute for Southern Africa – NIZA, 2005).

*Aid Flows to Angola: An Overview*, European Commission Delegation in Angola (Luanda: EC, 2001).

Alexander, Karin & Gilbert, Stefan, *Report on Oil and Governance Report, a case study of Chad, Angola, Gabon and São Tomé e Príncipe* (South Africa: Institute for Democracy in South Africa, 2008).

*All the Presidents' men*, a report by Global Witness (Washington: Global Witness, March 2002).

Amundsen, Inge & Abreu, Cesaltina, *Civil Society in Angola: Inroads, Space and Accountability, a Christian Michelsen Institute Report* (Bergen-Norway: CMI, 2006).

*Angola country financial parameters*, World Bank Document (Washington: WB, October 14, 2004).

*Angola public expenditure, management and financial accountability*, World Bank report n. 29036-AO (Washington: February, 16, 2005).

*Angola public expenditure, management and financial accountability*, World Bank report n. 29036-AO, (Washington: WB, February, 16, 2005).

*Angola, a Mulher e o Desenvolvimento Rural*, Doc. de trabalho nº20 (Luanda: Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural & Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, Março de 2004).

*Angola, Lives in Ruins: Forced Evictions Continue*, Amnesty International Report (London: AI, January 2007).

*Angola, Objectivos de Desenvolvimento do Milénio 2005* (Luanda: Governo de Angola e PNUD, Setembro 2005).

*Angola, Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, relatório de progresso 2005* (Luanda: Governo de Angola e PNUD, 2005).

*Angola, Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, relatório MDG/NEPAD 2003* (Luanda: Governo de Angola, Ministério do Planeamento e Sistema das Nações Unidas em Angola, 2003).

*Angola, Statistical Annex, African Department, International Monetary Fund* (Washington D.C.: IMF, February 1999).

*Angola: Behind the Façade of 'Normalization' – Manipulation, Violence and Abandoned Populations*, report by Médecins sans Frontières - MSF (Luanda: MSF, 9 November 2000).

*Angola: Country Economic Memorandum* (Washington: World Bank, October 2006).

*Angola: Memorandum of Economic and Financial Policies, International Monetary Fund* (Washington, D.C.: IMF & GURN, April 2000).

*Angola: Preliminary Conclusions of the IMF Mission, International Monetary Fund* (Washington, D.C.: IMF, 14 August 2001).

*Angola: Recent Economic Developments, document awaiting publication, International Monetary Fund* (Washington, D.C.: IMF, 2002).

*Angola: Recent Economic Developments, International Monetary Fund* (Washington, D.C.: IMF, September 2000).

*Consolidated Inter-Agency Appeal 2001: Angola, UN Office for the Coordination of Humanitarian Affairs* (Luanda: OCHA, 2000).

*Consolidated Inter-Agency Appeal 2002: Angola, UN Office for the Coordination of Humanitarian Affairs*, (Luanda: OCHA, 2001).

*Country Report: Angola* (London: The Economist Intelligence Unit, March 2007).

*Crop and Food Supply Assessment Mission to Angola* (Food and Agriculture Organization of the United Nations and World Food Programme, 19 June 2001).

De Vletter, Fion, *A Promoção do Sector Micro-Empresarial em Angola: Uma Estratégia para Reduzir a Pobreza Urbana* (Luanda: UNDP & International Organization for Migration, 2002).

*Engaging Civil Society Organizations in Conflict-Affected and Fragile States*, World Bank Report n.32538-GLB (Washington: The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank, 28 June, 2005).

*Estratégia de combate à pobreza, reinserção social, reabilitação e reconstrução e estabilização económica*, Luanda: Ministério do Planeamento, Governo de Unidade e Reconstrução de Angola (Luanda: MINPLAN & GURN, 2005).

*Estratégia de combate à pobreza, reinserção social, reabilitação e reconstrução e estabilização económica*, versão sumária, Luanda: Ministério do Planeamento, Direcção de Estudos e Planeamento [aprovada pelo Governo a 11 de Fevereiro de 2004] (Luanda: MINPLAN & GURN, 24 de Setembro de 2003).

*Execution Strategy 2006-2007*, (Luanda: Project of the UN Human Rights Office in Angola).

*External Evaluation of SDC's Humanitarian Aid in Angola*, Commissioned by the Africa Division for Humanitarian Aid (HA) of the Swiss Agency for Development and Cooperation (Berne: SDC, March 2004).

*Government of Angola: Memorandum of Economic and Financial Policies, International Monetary Fund*, (Washington, D.C.: IMF & GURN, 2001).

Haan, Wili, *Desenvolvimento local com justiça social: uma estratégia alternativa de combate à pobreza em Angola* (Luanda: Fundação Friedrich Ebert, Abril de 2005).

*Human Development Report 2001: Making New Technologies Work for Human Development* (New York: UNDP, 2001).

*Human Development Report 2002: Deepening Democracy in a Fragmented World* (New York: UNDP, 2002).

*Human Rights Watch World Report 2006* (New York: HRW, 2007).

*Human Rights Watch World Report 2006* (Washington: HRW, 2006).

*Ignoring the experts: Poor people's exclusion from poverty reduction strategies*, Christian Aid Policy Briefing, prepared in partnership with INESC, Rede Brasil, Mozambique Debt Group, LINK, CEDLA, UNITAS, (London: Christian Aid, October 2001).

*Informação sobre a Execução do Programa Económico e Social para o Ano de 2001 (I Semestre)*, Ministério das Finanças (Luanda: MINFIN, 2001).

*Inquérito aos Agregados Familiares sobre Receitas e Despesas (IDR)* (Luanda: INE, 2001).

*Inquérito aos Agregados Rurais: Resultados*; Gabinete de Planeamento, Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural (Luanda: MINADER, 1997).

*Inquérito de Indicadores Múltiplos – MICS 2* (Luanda: UNICEF, Instituto Nacional de Estatística, Governo de Angola, 2001).

*Inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS 1)* (Luanda: Instituto Nacional de Estatística & UNICEF, 1997).

*Inquérito Prioritário sobre as Condições de Vida aos Domicílios (IPCVD)* (Luanda: INE, 1995).

*Inquérito sobre a Disposição e Capacidade no Pagamento dos Serviços Sociais Básicos (IDCP)* (Luanda: INE, 1998).

*Internal Displacement in Angola, briefing paper*, UN Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (Luanda: OCHA, September 2001).

McMillan, John, *The main institution in the country is corruption: creating transparency in Angola* (Stanford: Center on democracy, development and the rule of law, Stanford Institute of International Studies, February, 2005).

*Memorandum on the Draft Text of the Interim Poverty Reduction Strategy Paper (I-PRSP)*, United Nations System in Angola (Luanda: UN, 2 May 2001).

Miranda, Arlindo, *Angola 2003/2004, Waiting for Elections, a report for the Christian Michelsen Institute* (Norway: CMI, 2004).

*More than humanitarianism: a strategic US approach toward Africa, report to the Council on Foreign Relations by an Independent Task-force* (New York: Council on Foreign Relations, 2005).

*Negligence by Warring Parties Contributes Significantly to Humanitarian Emergencies, report by Médecins sans Frontières - MSF* (Luanda: MSF, 2 July 2001).

*Open Society Angola, 2007, Staff Retreat Minutes* (Luanda: Open Society Foundation – Angola, 2007).

*Perfil da Pobreza em Angola, Instituto Nacional de Estatística e UNICEF* (Luanda: INE & UNICEF, 1996).

*Políticas de redução da pobreza, procurando a equidade e a eficiência* (Luanda: PNUD, 2000).

*Poverty Alleviation Policy in Angola: Pursuing Equity and Efficiency* (Luanda: UNDP, 2000).

*Programa de Reabilitação Comunitária e de Reconciliação Nacional, Round Table Conference of Donors in Brussels* (Luanda: GURN, Setembro 1995).

*Programa Económico e Social do Governo para o Ano de 2001* (Luanda: GURN, Novembro 2000).

*Project Appraisal Document on a Proposed Credit for the Third Social Action Fund Project (FAS III)* World Bank report nº25671-ANG (Washington: WB, June 27, 2003).

*Proteção Limitada Liberdade de Expressão e Informação sob a Nova Lei de Imprensa Angolana, relatório da Human Rights Watch* (Washington: HRW, Novembro 2006).

*Proteção Limitada Liberdade de Expressão e Informação sob a Nova Lei de Imprensa Angolana, Relatório da Human Rights Watch* (New York: HRW, Novembro 2006).

*PRSP Monitoring and Synthesis Project*, Overseas Development Institute (London: ODI, issue 8 May 2003).

*Quadro de assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Angola 2005-2006* (Luanda: Sistema das Nações Unidas, 2007).

*Relatório da Execução Orçamental e Financeiro do Exercício Económico de 2000, Ministério das Finanças* (Luanda: MINFIN, 2001).

*Relatório de Desenvolvimento Humano 2006, A água para lá da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água* (New York: PNUD, 2006).

*Relatório de Desenvolvimento Humano, Construindo uma paz social, Angola 2004* (Luanda: PNUD-Angola, 2005).

*Relatório Económico de Angola 2002* (Luanda: Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, Outubro de 2003).

*Relatório Económico de Angola 2007* (Luanda: Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, Julho de 2008).

*Relatório Narrativo das Actividades Realizadas Durante o Ano de 2006* (Luanda: Conselho de Coordenação dos Direitos Humanos de Angola, Janeiro de 2007).

*Report of the International Conference on Poverty Reduction Strategy in Africa, A new imposed conditionality or a change for a meaningful development policy?*, Southern Africa Regional Poverty Network (Lusaka-Zambia: 7th to 18th June 2002).

*Report on Rapid Assessment of Critical Needs, Angola, UN Office for the Coordination of Humanitarian Affairs* (Luanda: OCHA, 2001).

*Rethinking Participation, questions for Civil Society about the Limits of Participation in PRSPs*, an ActionAid USA / ActionAid Uganda Discussion Paper (Washington DC: Action Aid, April 2004).

*Revisão de médio termo do Programa de Acção de Bruxelas – Países Menos Avançados, Relatório de Progresso 2005* (Luanda: Governo de Angola, Fevereiro de 2006).

*Senior Inter-Agency Network on Internal Displacement, Mission to Angola, 12-17 March, Findings and Recommendations* (New York: United Nations, 2001).

*Some transparency, no accountability, the use of oil revenue in Angola and its impact on Human rights, Human Rights Report*, vol. 16, no. 1 (New York: HRW, Janeiro de 2004).

*Staff Report for the 2000 Article IV Consultation and Discussions on a Staff Monitored Programme, International Monetary Fund* (Washington D.C.: IMF, June 2000).

*The state of the world's human rights, Amnesty International Report 2007* (London: AI, 2008).

*The Trajectory of Life as Internally Displaced Persons in Angola* (Luanda: UNFPA, 2002).

*The UN System in Angola, MDG Strategy Outline, Draft 2, Work in Progress* (Luanda: PNUD, March 2007).

*Time for transparency, coming clean on oil, mining and gas revenues, a report from Global Witness* (Washington: Global Witness, March 2004).

*Tvedten, Inge, Angola 2000/2001: Key Development Issues and the Role of NGOs* (Bergen: Christian Michelsen Institute, 2001).

*Unfinished democracy, media and political freedoms in Angola, relatório da Human Rights Watch* (Washington: HRW, 2004).

*Unfinished democracy, media and political freedoms in Angola, Relatório da Human Rights Watch* (Washington: HRW, 2004).

*US Department of State, 2007 Country Reports on Human Rights Practices, Angola*, (Washington: Bureau of Democracy, Human Rights, and Labour, March 11, 2008).

*Vidal, Nuno, Plano Estratégico Fundação Open Society - Angola, 2008-2010, Programa de Direitos Humanos, Construção da Democracia, Género e VIH/SIDA* (Luanda: Fundação Open Society - Angola, Agosto 2007).

## Periódicos

### Artigos científicos

“Country profile Angola” in *An Assessment of Human Rights Defender initiatives in Southern Africa*, a report for the Netherlands Institute of Southern Africa – NiZA, by Ahmed Motala, Nuno Vidal, Piers Pigou and Venitia Govender (Amsterdam: NiZA, June 2005), pp.47-62.

Aguilar, Renato, “Angola’s private sector: rents distribution and oligarchy”, in Karl Wohlmuth, Achim Gutowski, Tobias Knedlick, Mareike Meyn & Sunita Pitamber, *African Development Perspectives* (Germany: Lit Verlag, 2003).

Aguilar, Renato, *Angola: getting off the hook*, a report for Sida (Gothenburg: Gothenburg University, 2005).  
Chabal, Patrick, ‘Introduction’ in Chabal, Patrick & Vidal, Nuno, *Angola, the weight of history* (London: Hurst, 2007), pp. 1-18.

Carvalho, Paulo de, “Desenvolvimento Humano em Angola”, in Vidal, Nuno & Pinto de Andrade, Justino (eds.), *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola* (Luanda e Lisboa: Firmamento, 2006), pp. 221-231.

Hodges, Tony, “The Economic Foundations of the Patrimonial State” in Chabal, Patrick & Vidal, Nuno, *Angola, the weight of history* (London: Hurst, 2007), pp. 175-199.

Messiant, Christine, ‘La Fondation Eduardo dos Santos (FESA): autour de l’investissement de la société civile par le pouvoir angolais’, in *Politique Africaine*, 73, 1999, pp. 82 – 101.

Messiant, Christine, “The Mutation of Hegemonic Domination: Multiparty Politics Without Democracy”, in Chabal, Patrick & Vidal, Nuno, *Angola, the weight of history* (London: Hurst, 2007), pp.93-123.

Vidal, Nuno “Multipartidarismo em Angola” in Vidal, Nuno & Pinto de Andrade, Justino (eds.), *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola* (Luanda e Lisboa: Firmamento, 2006), pp. 11-57.

Vidal, Nuno, “Landmines of Democracy: Civil Society and the Legacy of Authoritarian Rule in Angola” in Minnie, Jeanette (ed.), *Outside the Ballot Box: Preconditions for Elections in Southern Africa in 2005/6* (Windhoek: HiVOS, NiZA-Netherlands Institute for Southern Africa & MISA-Media Institute of Southern Africa, November 2006), pp. 65-87.

Vidal, Nuno, “Sectores Sociais, Sociedade Civil, Política e Direitos Humanos em Angola” in Vidal, Nuno & Pinto de Andrade, Justino (eds.), *Sociedade Civil e Política em Angola* (Luanda e Lisboa: Firmamento, 2008), pp. 11-40.

Vidal, Nuno, “Social Neglect and the Emergence of Civil Society”, in Chabal, Patrick & Vidal, Nuno, *Angola, the weight of history* (London: Hurst, 2007), pp. 200-235.

Vidal, Nuno, “The Angolan regime and the move to multiparty politics”, in Chabal, Patrick & Vidal, Nuno, *Angola, the weight of history* (London: Hurst, 2007), pp. 124-174.

Vidal, Nuno, *Relatório da II Conferência da Sociedade Civil Angolana, 2008* (Luanda: Grupo de Coordenação da Sociedade Civil & Firmamento, 2009).

Vidal, Nuno, 'The genesis and development of the Angolan political and administrative system from 1975 to the present' in Kyle, Steve *Lusophone Africa: Intersections between Social Sciences* (Cornell, NY: Cornell Institute for African Development, May 2-3, 2003), pp. 1- 16.

### Artigos em jornais

*The Guardian* (7 Fevereiro, 2003)

*Times online* (24 Fevereiro, 2003).

*Voz da América News Online* (11 Junho, 2002)

*The Guardian* (7 Fevereiro, 2003)

*The New York Times*, March 20, 2007)

*A Capital* (Luanda, 14 de Julho de 2007)

*Angolense* (Luanda, 14 de Julho de 2007)

*Voz da América News Online* (11 Junho, 2002)

*The Guardian* (7 Fevereiro, 2003)

*Media Institute for Southern Africa – MISA* (23 de Fevereiro, 2005)

*Angonoticias* (24 de Julho, 2006)

[[http://www.angonoticias.com/full\\_headlines.php?id=10838](http://www.angonoticias.com/full_headlines.php?id=10838)];

*Voz da América-Visão Angola* (16 Agosto, 2006)

[<http://www.voanews.com/portuguese/>]

Reed, John, "Angola o capitalismo dos petrodiamantes" in *Courrier International* (25 Novembro, 2005), n.34, pp. 22-23.

### Livros/Teses

Abreu, Cesaltina, *Sociedade civil em Angola: da realidade à utopia*, tese de doutoramento (Rio de Janeiro/Brasil: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes, 2006). [[www.iuperj.br](http://www.iuperj.br)].

Chabal, Patrick & Vidal, Nuno, *Angola, the weight of history* (London: Hurst, 2007)

Howen, Nicholas, *Peace-Building and Civil Society in Angola: a Role for the International Community* (London: Foreign and Commonwealth Office & Department for International Development, 2001).

Hodges, Tony, *Angola from Afro-Stalinism to Petro-Diamond Capitalism* (London: James Currey, Oxford and Indiana University Press, 2001).

Vidal, Nuno & Pinto de Andrade, Justino (eds), *O Processo de transição para o multipartidarismo em Angola* (Lisboa e Luanda: Firmamento, Universidade de Coimbra e Universidade Católica de Angola, 2006)

Vidal, Nuno & Pinto de Andrade, Justino (eds.), *Sociedade Civil e Política em Angola* (Luanda e Lisboa: Firmamento, 2008)